

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SÓCIO ECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

FRANCISCO JOSÉ BITTENCOURT JUNIOR

**BALANÇO SOCIAL IBASE: uma análise da estrutura de
evidenciação segundo a norma brasileira de contabilidade
NBC T 15**

Florianópolis, 2008

FRANCISCO JOSÉ BITTENCOURT JUNIOR

**BALANÇO SOCIAL IBASE: uma análise da estrutura de
evidenciação segundo a norma brasileira de contabilidade
NBC T 15**

Monografia apresentada à Universidade Federal de Santa Catarina como um dos pré-requisitos para a obtenção do grau de bacharel em Ciências Contábeis.

Orientador: Professor MSc. Luiz Felipe Ferreira.

Florianópolis, 2008

FRANCISCO JOSÉ BITTENCOURT JUNIOR

**BALANÇO SOCIAL IBASE: uma análise da estrutura de
evidenciação segundo a norma brasileira de contabilidade
NBC T 15**

Esta monografia foi apresentada como trabalho de conclusão do curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal de Santa Catarina, obtendo a nota (média) de, atribuída pela banca constituída pelo orientador e membros abaixo.

Florianópolis, agosto de 2008.

Prof^a Valdirene Gasparetto
Coordenadora de Monografia do CCN

Professores que compuseram a banca:

Prof. MSc. Luiz Felipe Ferreira (Orientador)
Departamento de Ciências Contábeis, UFSC

Prof^a. Dra. Elisete Dahmer Pfitischer
Departamento de Ciências Contábeis, UFSC

Jorge Luiz Alves
Bacharel em Ciências Contábeis

Florianópolis, 2008

Agradecimentos

À minha mãe e ao meu pai que, mesmo com todas as dificuldades, não pouparam esforços para me educar e oferecer as condições necessárias para que eu estudasse.

Ao meu irmão, pela amizade e apoio.

Ao Professor e Orientador Luiz Felipe Ferreira, pela dedicação, paciência e apoio durante as orientações.

A todos os meus colegas de trabalho, em especial a Gisele, Jociane, Lucimari e Luci, que me apoiaram e incentivaram durante toda a monografia.

E a minha noiva Carolina pela compreensão, amor, carinho, apoio e incentivo durante todo o período da elaboração desta monografia.

"Aprender é a única coisa de que a mente nunca se cansa, nunca tem medo e nunca se arrepende."

Leonardo da Vinci

RESUMO

BITTENCOURT, Francisco José Junior. **BALANÇO SOCIAL IBASE: uma análise da estrutura de evidenciação segundo a norma brasileira de contabilidade - NBC T 15.** 2008. 84f. Trabalho de Conclusão de Curso (Monografia) – Curso de Ciências Contábeis, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

As transformações sócio-econômicas dos últimos anos, as estratégias de responsabilidade social para cumprir as novas exigências do mercado estão sendo evidenciadas pelas empresas através do balanço social, que presta contas às partes interessadas, que são os clientes, trabalhadores, governo, fornecedores, instituições financeiras, entre outros. O Balanço Social busca demonstrar de forma objetiva e transparente as ações das empresas quanto aos investimentos em desenvolvimento econômico e social, e contribuições para a sociedade. Atendendo a exigência do mercado e da sociedade, o Conselho Federal de Contabilidade, que tem como objetivo normatizar os procedimentos contábeis, se pronunciou a respeito do balanço social, criando uma norma que define os procedimentos para evidenciação de informações de natureza social e ambiental, com o objetivo de definir regras e padronização. Este trabalho tem por objetivo analisar o balanço social IBASE, considerando à norma de Informações de Natureza Social e Ambiental. Utiliza-se como metodologia, a confrontação do balanço social IBASE com a NBC T 15, gerando três considerações, atende, atende parcialmente e não atende a norma, desenvolvendo-se uma análise de estrutura e não uma análise de conteúdo. Quanto aos objetivos a pesquisa é descritiva, das técnicas de coleta de dados o levantamento bibliográfico e quanto à abordagem do problema, utiliza-se a pesquisa qualitativa. Resultando na identificação de conformidades e não conformidades das informações de natureza social e ambiental do Balanço Social proposto pelo IBASE, diante da NBC T 15.

Palavras-chaves: **Responsabilidade Social, Balanço Social, NBC T 15.**

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Ramificação da ciência contábil.....	23
Figura 2 – A visão da organização a partir da responsabilidade social.....	28
Figura 3 – Alguns usuários do Balanço Social	36

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Modelo do Balanço Social Proposto pelo IBASE.....	39
Quadro 2 – Legenda Análise do Balanço Social IBASE pela NBC T 15.....	51
Quadro 3 – Análise do Balanço Social IBASE pela NBC T 15, quanto a geração e distribuição de riqueza.....	51
Quadro 4 – Base de cálculo do Balanço Social IBASE.....	52
Quadro 5 – Valor adicionado do Balanço Social IBASE.....	52
Quadro 6 – Análise do Balanço Social IBASE pela NBC T 15, quanto aos recursos humanos.....	52
Quadro 7 – Indicadores Sociais Internos do Balanço Social IBASE.....	54
Quadro 8 – Indicadores do Corpo Funcional do Balanço Social IBASE.....	55
Quadro 9 – Análise do Balanço Social IBASE pela NBC T 15, quanto à interação com o meio externo.....	56
Quadro 10 – Indicadores Sociais Externos do Balanço Social IBASE.....	57
Quadro 11 - Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial - Balanço Social IBASE.....	57
Quadro 12 – Análise do Balanço Social IBASE pela NBC T 15, quanto ao meio ambiente.....	58
Quadro 13 – Indicadores Ambientais do Balanço Social IBASE.....	59
Quadro 14 – Análise do Balanço Social IBASE pela NBC T 15, quanto à responsabilidade e auditoria.....	59
Quadro 15 – Análise resumida do Balanço Social IBASE pela NBC T 15.....	60

LISTA DE ABREVEATURAS E SIGLAS

AA 1000 - AccountAbility 1000

ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas

ADCE – Associação de Dirigentes Cristãos de Empresas

BID - Banco Interamericano de Desenvolvimento

BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

CODIMEC - Comitê de Divulgação do Mercado de Capitais

CPMF - Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira

CVM - Comissão de Valores Mobiliários

DNV - Det Norske Veritas

DVA - Demonstração do Valor Agregado

FEBRABAN – Federação Brasileira de Bancos

FGTS – Fundo de Garantia por Tempo de Serviço

FIDES - Fundação Instituto de Desenvolvimento Empresarial e Social

FPB – Folha de Pagamento Bruta

GRI - Global Reporting Initiative

IBASE – Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas

ICMS - Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços

IFC – International Finance Corporation

INSS – Imposto Nacional de Seguridade Social (Encargo Social)

INSS – Instituto nacional de Seguridade Social

IPI - Imposto Sobre Produtos Industrializados

ISS – Imposto Sobre Serviços

NBC – Norma Brasileira de Contabilidade

NBR – Norma Brasileira

OIT – Organização Internacional do Trabalho

PIS - Programa de Integração Social (Encargo Social)

PL - Projeto de Lei

PNBE - Pensamento Nacional das Bases Empresariais

RL – Receita Líquida

RO – Receita Operacional

SA8000 - Social AccountAbility 8000

SAI - Social Accountability International

SENAC - Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial

SENAI – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial

SENAT – Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte

SESC – Serviço Social do Comércio

SESI – Serviço Social da Indústria

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	13
1.1 TEMA E PROBLEMA.....	14
1.2 OBJETIVOS.....	15
1.2.1 Objetivo Geral.....	15
1.2.2 Objetivos Específicos.....	15
1.3 JUSTIFICATIVA.....	16
1.4 METODOLOGIA.....	17
1.5 ESTRUTURA DO TRABALHO.....	18
1.6 LIMITAÇÕES.....	19
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	20
2.1 EVOLUÇÃO HISTÓRICA.....	20
2.2 RESPONSABILIDADE SOCIAL.....	24
2.3 RESPONSABILIDADE SOCIAL CORPORATIVA.....	26
2.3.1 Norma Social Accountability - SA8000.....	30
2.3.2 Norma Accountability – AA1000.....	30
2.3.3 Relatório de Sustentabilidade do GRI.....	31
2.3.4 Indicadores Ethos.....	31
2.3.5 Balanço Social IBASE.....	32
2.4 BALANÇO SOCIAL.....	32
2.4.1 Evolução Histórica do Balanço Social.....	32
2.4.2 Conceitos de Balanço Social.....	34
2.4.3 Usuários do Balanço Social.....	36
2.5 BALANÇO SOCIAL – IBASE.....	38
2.5.1 Base de Cálculo.....	41
2.5.2 Indicadores Sociais Internos.....	41
2.5.3 Indicadores Sociais Externos.....	42
2.5.4 Indicadores Ambientais.....	42
2.5.5 Indicadores do Corpo Funcional.....	43
2.5.6 Informações Relevantes quanto ao Exercício da Cidadania	43
2.5.7 Outras Informações.....	43

2.6	INFORMAÇÕES DE NATUREZA SOCIAL E AMBIENTAL - NBC T 15.....	44
2.6.1	Geração e Distribuição de Riqueza.....	44
2.6.2	Recursos Humanos.....	45
2.6.3	Interação da Entidade com o Ambiente Externo.....	46
2.6.4	Interação com o Meio Ambiente.....	46
2.7	DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO – DVA.....	47
2.8	DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO - NBC T 3.7.....	48
3	ANÁLISE DO BALANÇO SOCIAL IBASE PELA NBC T 15.....	51
4	CONCLUSÕES E SUGESTÕES PARA FUTUROS TRABALHOS.....	61
4.1	QUANTO À PROBLEMÁTICA.....	61
4.2	QUANTO AOS OBJETIVOS.....	62
4.3	QUANTO A SUGESTÕES PARA FUTURAS PESQUISAS.....	63
	REFERÊNCIAS.....	64
	ANEXOS.....	67

1 INTRODUÇÃO

Com as transformações sócio-econômicas dos últimos anos, as empresas estão mudando profundamente o comportamento, que consistia exclusivamente a maximização do lucro e estão promovendo estratégias de responsabilidade social, para cumprir as novas exigências do mercado.

Barcellar (2000, p. 7 apud JABOR, 2004, p. 401) faz um breve comentário sobre a importância da responsabilidade social:

È uma exigência cada vez mais presente a adoção de padrões de conduta ética que valorizem o ser humano, a sociedade e o meio ambiente. Relações de qualidade constroem-se a partir de valores e condutas capazes de satisfazer necessidades e interesses dos parceiros, gerando valor para todos. Empresas, socialmente responsáveis estão melhor preparadas para assegurar a sustentabilidade a longo prazo dos negócios (...). O necessário envolvimento de toda a organização na prática da responsabilidade social gera sinergias, precisamente com públicos dos quais ela tanto depende, que fortalecem seu empenho global (...). A competição acirrada torna vital a fidelização dos consumidores que têm cada vez mais acesso à informação e à educação. A adoção de uma exigência que ultrapassa exigências legais agrega valor à imagem da empresa, aumentando o vínculo que os consumidores estabelecem com ela.

Estas exigências estão sendo incorporadas pelas empresas, que prestam contas às partes interessadas, como clientes, trabalhadores, governo, fornecedores, instituições financeiras, entre outros.

Surge então uma nova relação da ciência contábil com a sociedade, de acordo com Santos (2003, p. 14):

Essa nova relação da Ciência Contábil com a sociedade está propiciando o aparecimento e desenvolvimento de um novo nicho para estudos, pesquisas, e a até oportunidades de mercado, proporcionando informações que, anteriormente, ou não eram conhecidas ou não eram divulgadas pelas empresas; esse novo conjunto de informações tem sido denominado Balanço Social.

A figura do balanço social, que busca demonstrar de forma objetiva e transparente as ações das empresas quanto aos investimentos em desenvolvimento econômico e social, ambiental e contribuições para a sociedade, servindo de estímulo às ações das empresas em favor do desenvolvimento social e sustentável.

Segundo Kroetz (2000, p. 16):

Considera-se o Balanço Social uma demonstração contábil de responsabilidade do profissional da área, pois tem como a principal fonte dos dados nela expressos a escrituração formal contábil. Sabe-se que em seu corpo são apresentadas informações de caráter patrimonial, administrativo, econômico, social, ecológico e

outras. Sinteticamente, procura refletir os gastos e as influências recebidas e transmitidas pelas entidades em relação à sociedade com que interage, abrangendo dessa forma um campo pouco explorado pelo atual sistema de informações contábeis, mas que com o decorrer de novos estudos poderá configurar-se em uma nova especialidade para o Contador, atendendo às necessidades informativas de seus usuários.

Com a sociedade atenta as mudanças sócio-econômicas dos últimos anos, surge em junho de 1997, no Brasil, uma campanha pela divulgação voluntária do balanço social, proposta incentivada pelo sociólogo Herbert de Souza, o Betinho e o Instituto Brasileiro de Análise Sociais e Econômicas (IBASE), que introduz um modelo único e simples, para as empresas que possuem política sócio-ambiental.

De acordo com o IBASE (www.balancosocial.org.br):

Se a forma de apresentação das informações não seguir um padrão mínimo, torna-se difícil uma avaliação adequada da função social da empresa ao longo dos anos. A predominância de dados que possam ser expressos em valores financeiros ou de forma quantitativa é fundamental para enriquecer este tipo de demonstrativo. É claro que nem sempre correlacionar fatores financeiros com fatos sociais é uma tarefa fácil, porém, os indicadores desenvolvidos do modelo Ibase ajudam às análises comparativas da própria empresa ao longo do tempo ou entre outras do mesmo setor. No modelo sugerido pelo Ibase, a sociedade e o mercado são os grandes auditores do processo e dos resultados alcançados.

O balanço social por se tratar de uma demonstração contábil, produto do sistema de informações contábeis, os quais coletam dados, processam e divulgam informações, deve seguir normas contábeis, sendo que o órgão responsável no Brasil, que emite essas normas é o Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

Então, em 19 de agosto de 2004, o CFC aprovou a NBC T 15 – Informações de Natureza Social e Ambiental, uma norma que define os procedimentos para evidenciação de informações de natureza social e ambiental, com o objetivo de definir regras para esta demonstração, que evidencia as ações sociais e ambientais das empresas.

1.1 TEMA E PROBLEMA

No Brasil, há alguns modelos de balanço social e relatórios de sustentabilidade, dentre os mais utilizados tem-se:

- O do GRI (Global Reporting Initiative) que propõe um padrão internacional de relatório de sustentabilidade, baseado no *triple bottom line*¹;

¹ O *triple bottom line* se refere a um conjunto de indicadores utilizado para a avaliação do desempenho econômico das empresas e das suas ações de responsabilidade social e ambiental. (www.mercadoetico.art.br).

- E o do Instituto Ethos, baseado nas diretrizes do GRI e adaptado ao cenário brasileiro. O modelo do Instituto Ethos e as diretrizes do GRI são modelos analíticos, aos quais pode ser incorporado o modelo do IBASE, geralmente como anexo.
- O proposto pelo IBASE é um modelo reduzido e simplificado que busca a divulgação dos resultados a todos os públicos, principalmente os colaboradores da empresa.

Esse modelo de balanço social tem como objetivo formar uma apresentação das informações seguindo um padrão mínimo, permitindo uma avaliação adequada da função social da empresa ao longo dos anos, onde a sociedade e o mercado são os grandes auditores do processo e dos resultados alcançados.

Atendendo à exigência do mercado e da sociedade, o Conselho Federal de Contabilidade, que tem como objetivo normatizar os procedimentos contábeis, pronunciou-se a respeito do Balanço Social, criando uma norma que define os procedimentos para evidenciação de informações de natureza social e ambiental, com o objetivo de definir regras e padronização, permitindo assim o *Benchmark*² para esta demonstração. Desta forma o tema deste estudo é a análise do balanço social IBASE sob a ótica da NBC T 15.

Neste contexto, dentro do tema estabelecido formula-se a seguinte questão problema: O balanço social proposto pelo Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas atende aos requisitos de evidenciação sócios ambientais estabelecidos pela Norma Brasileira de Contabilidade -NBC T 15?

1.2 OBJETIVOS

1.2.1 Objetivo Geral

O objetivo desta pesquisa é analisar o balanço social do modelo IBASE considerando os requisitos de evidenciação estabelecidos pela NBC T 15.

Para isso, serão apresentados os seguintes objetivos específicos:

1.2.2 Objetivos Específicos

- apresentar o modelo de balanço social proposto pelo IBASE;

² O *benchmark* é visto como um processo positivo e pró-ativo por meio do qual uma empresa examina como outra realiza uma função específica a fim de melhorar como realizar a mesma ou uma função semelhante (www.babylon.com).

- Evidenciar a NBC T 15 – Informações de Natureza Social e Ambiental;
- Analisar o balanço social IBASE, quanto ao cumprimento das diretrizes apresentadas na NBC T 15.

1.3 JUSTIFICATIVA

O tema pesquisado mostra-se relevante uma vez que se trata de um assunto emergente dentro da literatura contábil, visto a expansão dos mercados de capitais e a complexidade dos negócios.

Tinoco (2001) descreve que a palavra do momento é informação transparente, tão cobrado pelas entidades reguladoras como as fiscalizadoras para demonstrar as ações apresentados nas demonstrações contábeis de todas as empresas que querem inserir-se em novos mercados com exigências a cada dia maiores.

Com essa perspectiva, o balanço social é um instrumento que ganha força a cada ano, refletindo o movimento de responsabilidade social empresarial que atravessa o país e o mundo.

Para Pinto e Ribeiro (2006, p. 03):

A função principal do balanço social da empresa é tornar pública a responsabilidade social da entidade. Esta visão faz parte de um processo que busca a transparência junto ao público em geral do que a empresa está fazendo, interna e externamente, nas áreas social, econômica e ambiental.

No Brasil, a publicação do balanço social não é obrigatória, porém a publicação está sendo difundida, como forma das empresas demonstrarem suas ações e responsabilidades diante da sociedade.

Diante disso, tem-se a norma NBC T 15 – Informações de Natureza Social e Ambiental do Conselho Federal de Contabilidade, aprovada em 19 de agosto de 2004, a qual normatiza a apresentação de informações de cunho social e ambiental com objetivo de apresentar um conjunto mínimo de informação desta natureza, com obrigatoriedade de apresentação a partir de 1º de janeiro de 2006.

Considerando a necessidade da divulgação, como previsto pelo Conselho Federal de Contabilidade, este trabalho vem de encontro quanto analisa o balanço social IBASE frente ao estabelecido por este dispositivo normativo.

1.4 METODOLOGIA

A prática de responsabilidade social e o seu registro no balanço social pela empresa, significam uma mudança, que decorre de novos conceitos que vêm substituir aqueles que as empresas devem apenas gerar lucro.

Dentre diversas formas de apresentar esta pesquisa (trabalho de conclusão de curso, monografia, dissertação e tese), optou-se pela pesquisa na forma de monografia.

Segundo Beuren e Longaray (2003, p. 40):

Monografia é um trabalho acadêmico que objetiva a reflexão sobre um tema ou problema específico e que resulta de um procedimento de investigação sistemática.

Portanto, para esta pesquisa científica exige-se uma metodologia para o desenvolvimento do estudo de forma padronizada e organizada.

Segundo Beuren e Raupp (2003, p. 76):

No rol dos procedimentos metodológicos estão os delineamentos, que possuem um importante papel na pesquisa científica, no sentido de articular planos e estruturas a fim de obter respostas para os problemas de estudo.

Dessa forma, identifica-se a tipologia de delineamento desta pesquisa agrupada em três categorias: quanto aos objetivos, quanto aos procedimentos e quanto à abordagem do problema.

Quanto aos objetivos a pesquisa é descritiva, pois conforme Andrade (2002 apud BEUREN e RAUPP, 2003), a pesquisa descritiva preocupa-se em observar os fatos, registrá-los, analisá-los, classificá-los e interpretá-los, e o pesquisador não interfere nos fatos.

Das técnicas de coleta de dados, pode-se destacar o levantamento bibliográfico, que é feito a partir de várias fontes secundárias como, livros, artigos, legislação, fontes eletrônicas, dissertações, entre outros.

De acordo com Marconi e Lakatos (2002 apud BEUREN e COLAUTO, 2003, p. 135):

As fontes secundárias possibilitam não só resolver os problemas já conhecidos, mas também explorar novas áreas onde os problemas ainda não se cristalizaram suficientemente. Assim, a pesquisa bibliográfica propicia a investigação de determinado assunto sob um novo enfoque ou abordagem.

Portanto, quanto aos procedimentos, fica estabelecido, a pesquisa bibliográfica, que segundo Gil (1999 apud BEUREN e RAUPP, 2003, P. 87).

Quanto à abordagem do problema, utiliza-se a pesquisa qualitativa, pois não requer o uso de métodos ou técnicas estatísticas, permitindo uma análise detalhada do Balanço Social, que tem natureza uma social.

Segundo Beuren (2004, p. 92) a abordagem qualitativa visa destacar características não observadas por meio de um estudo quantitativo, haja em vista a superficialidade deste último.

Para apuração do estudo elabora-se a confrontação do balanço social IBASE com a NBC T 15, avaliando os grupos, subgrupos e seus elementos. Nesta avaliação o resultado apresenta três considerações, atende a norma, atende parcialmente a norma, não atende a norma. Desenvolvendo-se uma análise de estrutura e não uma análise de conteúdo, estabelecendo como parâmetro de avaliação as palavras chave.

1.5 ESTRUTURA DO TRABALHO

A pesquisa está organizada de acordo com a norma da ABNT NBR 14724, que especifica os princípios gerais para elaboração de trabalhos acadêmicos, visando sua apresentação à uma instituição e está dividido em 04 seções diferenciadas entre si:

A primeira seção refere-se à introdução, que se compõe de considerações iniciais, tema e problema, objetivo geral e específico, justificativa, metodologia, estrutura do trabalho e limitações.

A segunda seção apresenta a fundamentação teórica, ressaltando os conceitos, informações, organização e estrutura do balanço social; Expor o modelo de balanço social proposto pelo IBASE; e evidenciar a NBC T 15 – Informações de Natureza Social e Ambiental;

A terceira seção refere-se à parte principal desta pesquisa, que constitui identificar no balanço social proposto pelo IBASE, quais itens cumprem a Norma Brasileira de Contabilidade, que trata sobre Informações de Natureza Social e Ambiental.

A quarta e última seção constitui as considerações finais, as conclusões da pesquisa e as sugestões para futuras pesquisas sobre o assunto. E por final, têm-se as referências e anexos.

1.6 LIMITAÇÕES DO ESTUDO

O presente trabalho apresenta um estudo analisando o balanço social proposto pelo IBASE considerando os requisitos de evidenciação social e ambiental estabelecidos pela NBC T 15.

A coleta de dados das informações referentes ao modelo de balanço social proposto pelo IBASE (ano 2007) e as normas do Conselho Federal de Contabilidade, limitam-se às informações contidas nos sites oficiais das duas entidades, no ano de 2008. Outro fato a ser destacado é que a Demonstração do Valor Adicionado, peça do balanço social, não foi analisada.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Neste capítulo são abordados os conceitos-base para encadear as idéias principais da pesquisa, por meio de outros autores e reflexões acerca de cada assunto, relacionado com o tema, a fim de identificar os itens do balanço social proposto pelo IBASE, que estão de acordo com a NBC T 15.

2.1 EVOLUÇÃO HISTÓRICA

Os primeiros indícios de contabilidade surgiram na antiguidade, nas antigas civilizações que datam há mais de 4.000 mil anos atrás, como a civilização Egípcia, a do Oriente Médio e Extremo Oriente, a dinastia Shang na China, dentre outras. Os conhecimentos destas civilizações atingiram seu apogeu na Grécia clássica, com filósofos, escritores e matemáticos como Platão, Homero e Pitágoras, ainda influenciam nossos pensamentos, (IUDÍCIBUS, 2000).

De acordo com Hendriksen e Van Breda (1999, p. 42):

Vários registros contábeis datam desse período. Por exemplo os agricultores egípcios nas margens do Nilo pagavam aos coletores de tributos com cereais e linhaça pelo uso da água para irrigação. Recibos eram dados aos agricultores desenhando-se figuras de recipientes de cereais nas paredes de suas casas. Os arqueólogos crêem que as fichas de argila abundantes na Mesopotâmia eram usadas, de maneira similar, para fins contábeis. Sistemas contábeis sofisticados parecem ter existido na China já em 2.000 a.C., e referências intrigantes denotam uma familiaridade com o sistema de partidas dobradas em Roma no início da era cristã. Há até controvérsias a respeito da alegação, feita por alguns pesquisadores, de que os romanos conheciam o conceito de depreciação.

Então, a partir da descoberta do número zero, houve grandes progressos para a aritmética e a matemática, os conceitos de números e valores.

Iudícibus (2000) descreve que a partir do século XII, com o desenvolvimento do comércio surgiu em Pisa na Itália, um compêndio sobre cálculo comercial, que demarca a contabilidade antiga e a contabilidade moderna, uma obra de Leonardo Fibonacci.

Nos séculos XIV a XVI, a era do descobrimento, portugueses e espanhóis, os principais navegadores dessa época, necessitavam de recursos para construção naval, então surgiram as primeiras sociedades comerciais. Surge a figura do sócio, do investidor e demais que faziam parte das expedições. Após as viagens eram feitas as confrontações dos recursos

investidos, receitas e despesas, conforme é ressaltado por Hendriksen e Van Breda (1999, p. 46):

As necessidades financeiras das viagens desses grandes exploradores levaram ao desenvolvimento da empresa de capital conjunto, que teria uma importância muito grande para a contabilidade. Essas empresas podiam ser vistas como extensões das *commendas* italianas e predecessoras das modernas sociedades por ações. Os indivíduos reuniam-se para financiar um empreendimento, cada um recebendo direitos de participação proporcionais a seus investimentos. No final do empreendimento, os investidores eram reembolsados pelo total dos resultados, daí o termo *participação de liquidação*.

A partir desse momento, o Estado exige parte os lucros das expedições, impondo controles, registros e taxaço, tornando a contabilidade mais ampla e efetiva, aumentando o leque de usuários.

Iudicibus (2000) destaca que em 1492, apenas dois anos antes do aparecimento do livro de Pacioli, Cristovão Colombo navegou para oeste, descobrindo o Novo Mundo. E em 1494 que Luca Paccioli, publicou em Veneza, a *Summa de aritmética geometria proportioni et proportionalitá* a qual representa o *Tractus de computis et scriptus*, o tratado que descreve o método contábil das partidas dobradas a partir do inventário. Depois surgiram importantes obras, como a de Francesco Villa – Livro *La Contabilitá Applicata alle Ammnistrazioni Private e Publiche* em 1840. Então nesta fase a Contabilidade se firma como ciência.

Nos séculos XIX e XX, surgem várias correntes científicas, dentre as principais: o Neocontismo na França com Jean Dumarchey, Materialismo na Itália com Francesco Villa e Antonio Tonzig, o Reditualismo na Alemanha com Eugen Schmalencbach e Fritz J. A. Schmidt, o Aziendalismo na Itália com Gino Zappa e Alberto Ceccherelli e o Patrionalismo na Itália com Vincenzo Masi que perdura, (IUDÍCIBUS, 2000).

Ainda de acordo com Iudicibus (2000), o desenvolvimento da contabilidade está bem definido em duas escolas distintas: a européia, que dá ênfase à contabilidade teórica e a norte americana, que enfatiza na contabilidade aplicada. A escola americana tem a contabilidade como instrumento para a tomada de decisão e predomina desde 1920, auxiliada pelo poder econômico e político dos Estados Unidos da América.

Nas ultimas décadas o cenário mundial vem sofrendo profundas transformações econômicas, sociais e políticas. Com a queda sucessiva de fronteiras comerciais, começam a surgir diversos problemas e oportunidades. A evolução da consciência da sociedade, as novas tecnologias e a rapidez da informação vem exigindo um diferencial das empresas.

Nesta situação, as empresas necessitam cada vez mais das informações contábeis, para melhor administração dos recursos e desenvolvimentos de suas atividades, financeiras, materiais, tecnológicas ou sociais

A contabilidade, por estar incluída nas ciências sociais, tem como um de seus princípios fundamentais a identificação e aproximação das relações entre as entidades e a sociedade. Relacionando-se com diversas áreas do conhecimento humano, como a administração, matemática, economia e sociologia vem contribuindo para alcançar o objetivo da harmonia social e atender os anseios da sociedade (KROETZ, 2000).

De acordo com Kroetz (2000, p.21):

A Contabilidade é uma ciência social que estuda a riqueza patrimonial, individualizada, sob os aspectos quantitativos e qualitativos, tendo como objetivos a geração de informações e a explicação dos fenômenos patrimoniais, possibilitando o controle, a análise, a avaliação, o planejamento e a tomada de decisão, no enfoque passado/presente/futuro. Tudo isso servindo aos mais diversos usuários, para que possam, por meio de seus atos, buscar a prosperidade da entidade e da sociedade.

Diante da evolução e das exigências que o mundo globalizado impõe sobre a contabilidade, esta deve fornecer informações atualizadas, observando as variações financeiras, patrimoniais, sociais, ambientais e econômicos.

Kroetz (2000, p. 50) afirma que “a contabilidade, assim como outras ciências, pode ser estudada sob enfoques particulares, que são as especializações.”

Dentre as especializações da ciência contábil, tem-se: a contabilidade pública, agrícola, comercial, tributaria e outras, onde cada qual estuda o patrimônio sob um enfoque diferente.

Essa nova relação da ciência contábil com a sociedade proporcionou o aparecimento e o desenvolvimento de uma nova especialidade, que é a contabilidade social.

Assim como outras ciências e atividades profissionais, a contabilidade é dividida em diversas ramificações, seja para fins didáticos ou acadêmicos e profissionais. Há também especializações, criadas pela legislação ou necessidades específicas do mercado.

Kroetz (2000, p. 54) afirma que “a contabilidade social busca a verdade (impactos) sobre a circulação da riqueza entre a entidade e a sociedade – causa e efeito”.

A ramificação da ciência contábil é apresentada e melhor visualizada na Figura 1.

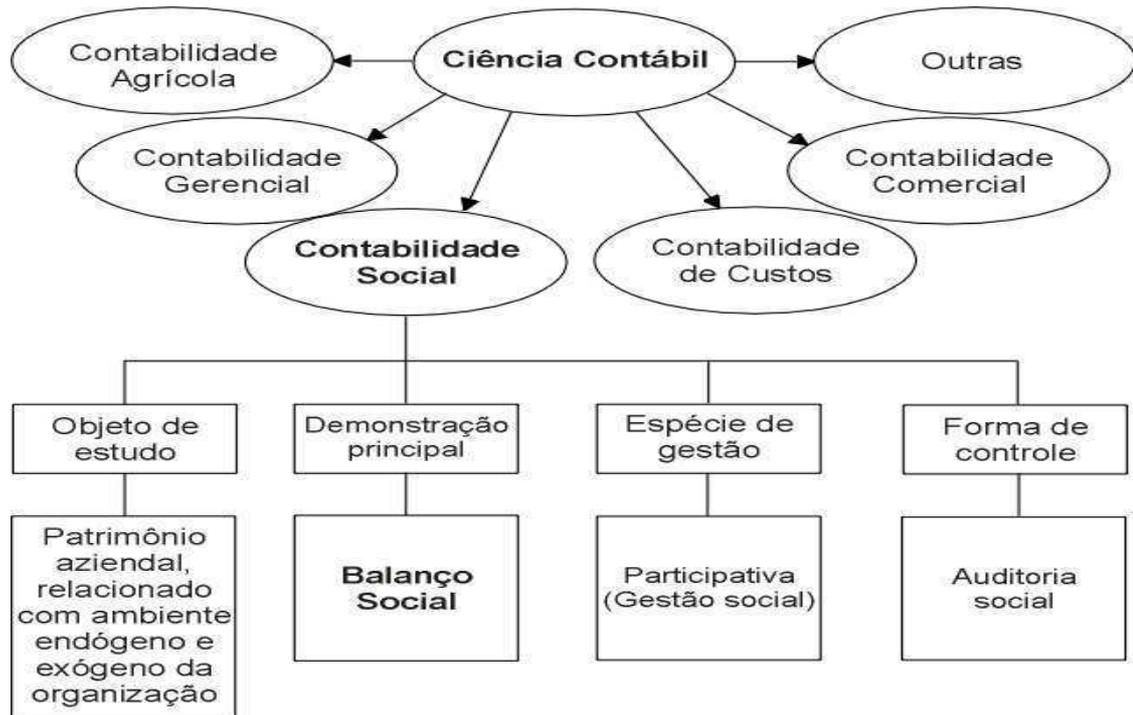


Figura 1 – Ramificação da ciência contábil.

Fonte: Kroetz (2000, p. 52)

Nas condições devidas, Kroetz (2000, p. 54) define que “a contabilidade social visa criar um sistema capaz de inventariar, classificar, registrar, demonstrar, avaliar e explicar os dados sobre a atividade social e ambiental da entidade, sendo que, no fim de cada exercício ou a qualquer momento, se possam preparar informes, como o Balço Social e a Demonstração do Valor Agregado.”

A Demonstração do Valor Agregado - DVA é um informe contábil que evidencia, de forma sintética, os valores, referente à formação da riqueza gerada pela empresa e sua distribuição em um determinado período.

Segundo Marion (2002, p. 69):

A DVA evidencia quanto de riqueza uma empresa produziu, ou seja, quanto ela adicionou de valor a seus fatores de produção, e de que forma essa riqueza foi distribuída (entre empregados, governo, acionistas, financiadores de capital) e quanto ficou retido na empresa.

O balanço social é a demonstração mais significativa da contabilidade social, devendo englobar o valor adicionado e sua distribuição, além de informações de responsabilidade sociais e ambientais, juntamente com as informações tradicionais da contabilidade e com dados de dois exercícios para permitir a análise.

2.2 RESPONSABILIDADE SOCIAL

As habilidades do governo para o pleno desempenho de suas funções sociais, em geral, é limitada por vários fatores políticos, econômicos e sociais. Com isso, o mundo contemporâneo, contendo guerras, fomes, atentados terroristas, mudanças climáticas e desigualdades e injustiças sociais, aponta a necessidade para mudanças urgentes na sociedade voltadas à cidadania construtiva e participativa.

È necessária a resolução urgente destes problemas sociais e ambientais, ameaçadores da paz e da vida no planeta. Neste sentido diversos setores as sociedade já estão posicionados em relação aos problemas sociais existentes e estão apresentando atitudes e práticas inovadoras, capazes de promover o desenvolvimento social mais amplo.

A preocupação em torno deste tema teve início na década de 50, nos Estados Unidos, chegando aos meios acadêmicos e empresariais da Europa no final da década de 60, onde começou a se tornar popular. Na década de 70, o tema ganha mais popularidade e nos anos 80, à medida que passa a ser associado aos meios empresariais e acadêmicos, como a ética empresarial e a qualidade de vida no trabalho (KROETZ, 2000).

A preocupação com temática da Responsabilidade Social foi evidenciada na Eco 92, realizada na cidade do Rio de Janeiro, onde foi discutido de forma enérgica, a importância do meio ambiente e de sua preservação para o futuro do planeta.

Em 1993, foi lançado pelo Pensamento Nacional das Bases Empresariais (PNBE), uma campanha, que por sua abrangência e dimensão, é considerada um verdadeiro marco da aproximação dos empresários com ações sociais mais efetivas. Segundo o próprio PNBE (www.pnbe.org.br) é:

Uma entidade não-governamental brasileira, de âmbito nacional, formada por empresários de todos os ramos da atividade econômica, de todas as regiões do país e de todos os portes de empresa, que lutam pelo aprofundamento da democracia nas diversas instâncias da nação - governos da União, Estados, Municípios, bem como entidades da sociedade civil - e pelo amplo exercício dos direitos da cidadania no Brasil.

Segundo Machado et al (2000), no direito a responsabilidade é definida como uma obrigação de dar, fazer ou não fazer algo, de ressarcir ou reparar danos, de suportar sanções penais, exprimindo sempre a obrigação de responder por alguma coisa. Portanto, responsabilidade é o dever de responder pelos seus atos perante a esfera pública, seja judicial ou extrajudicial.

Ainda de acordo com Machado et al (2000), a responsabilidade civil é a obrigação que o agente do ato tem que fazer para corrigir ou tentar reparar os danos ou prejuízos causados injustamente a outros. A justiça fundamentalmente visa igualar os indivíduos, de forma a não prejudicar ou dar mais benefícios a um em detrimento dos demais e este é o senso que é necessário para coibir e ou corrigir um ato doloso ou culposo. A reparação do dano pode ser por indenização, serviços públicos, impedimento de ir e vir, sanções.

Ainda, segundo Machado e Santos Filho (2000):

A responsabilidade nasce da violação das normas jurídicas ou morais, de atos ou fatos pelos quais o agente adquire a obrigação de trazer o "*status quo ante*" de volta. Portanto, o ato praticado pode ser proibido pela lei moral, religiosa, de costumes ou pelo direito.

Responsabilidade, segundo o dicionário on-line Priberam da língua portuguesa, é um termo que designa uma obrigação de responder por certos atos próprios ou alheios ou por alguma coisa que lhe foi confiada.

Assim a responsabilidade civil e jurídica tem por objetivo dirimir os problemas causados por essa interação e dar sanção ou reparação justa para cada envolvido direta ou indiretamente, recaindo sobre a liberdade do indivíduo e seu comportamento, sendo assim importante para determinar o que é ética, para entender se as ações de um indivíduo são legalmente ou moralmente aceitas pela totalidade dos cidadãos de um país.

Portanto, qualquer definição de responsabilidade social faz tomar a direção do seu entendimento à idéia de obrigatoriedade, ou seja, um dever.

Em termos mais exclusivos, a expressão “responsabilidade social”, dependendo do campo de aplicação, sugere diversas interpretações, sendo que merece algumas considerações conceituais.

Ashley (2003), recorda que alguns autores atribuem à “responsabilidade social” a idéia de obrigação legal, enquanto outros a consideram um dever fiduciário, ou vêem como uma atitude ética ou uma contribuição caridosa.

Melo Neto e Froes (2001 apud ALVES e CAMPANHOL, 2007, p. 2) diferenciam a filantropia da responsabilidade social. Para os autores, a filantropia é individualizada, pois a atitude e a ação são do empresário. A responsabilidade social é uma atitude coletiva e compreende ações de empregados, diretores e gerentes, fornecedores, acionistas e até mesmo clientes e demais parceiros de uma empresa. É, portanto, uma soma de vontades individuais e reflete em um consenso.

Portanto, com base nessas idéias, a responsabilidade social só existe, quando uma empresa vai além dos limites das obrigações com a legislação, admitindo e respeitando as metas sociais e econômicas, no planejamento e nas decisões, por ter considerado a finalidade da empresa maior e mais importante do que a obtenção de lucros aos seus acionistas.

E a responsabilidade social é uma oportunidade positiva para a empresa ter um aumento do desempenho econômico, pois agrega uma maior consciência nas questões sociais e ambientais nos seus produtos, antecipando e evitando possíveis regulamentações que restrinjam a ação empresarial pelo governo e é um grande diferencial dos produtos, que vão ter uma maior aceitação dos consumidores, diante de produtos de concorrentes com menor ênfase nas ações de responsabilidade social.

2.3 RESPONSABILIDADE SOCIAL CORPORATIVA

A responsabilidade social é um assunto que vem evoluindo e sendo inserido nas organizações, mas sem um diálogo efetivo com as partes interessadas. A evolução dos meios de comunicação contribuiu para a reformulação desses conceitos, onde as empresas devem estar cada vez mais atentas às suas responsabilidades sociais e com os agentes envolvidos.

Responsabilidade social é uma forma de conduzir os negócios da empresa de tal maneira que a torna parceira e co-responsável pelo desenvolvimento sócio-ambiental.

Conforme Drucker (1989 apud KARKOTLI, 2006, p. 41):

A regra do jogo para as empresas, no ambiente relativamente estável dos anos 1960 e início dos 1970, era tão-somente encontrar uma posição atrativa no mercado, ao que bastava oferecer o mais baixo preço ou a melhor qualidade. Quando, porém, os termos de competitividade mudaram do baixo custo para a alta qualidade, para a flexibilidade e para a capacidade de inovar, as empresas descobriram que tanto sua estratégia competitiva quanto sua estratégia industrial caducaram.

A preocupação com a gestão estratégica, na esfera empresarial, é fundamental para se manter a frente dos acontecimentos e diante do ambiente de incerteza e turbulência em que as empresas estão inseridas.

Diante disto Ashley (2002 apud KARKOTLI, 2006, p. 41) cita que:

A busca de alternativas para garantir crescimento e sobrevivência no mercado de alta competitividade tem estado permanentemente na agenda dos gestores organizacionais. É crescente a utilização de estratégias e processos que melhor traduzam, junto com o lucro, a sensibilidade e sintonia das organizações para as necessidades de seus clientes internos e externos, relativamente a questões de qualidade de produtos ou serviços oferecidos; à proteção e uso adequado de recursos do meio ambiente natural; a relações éticas e justas para com trabalhadores,

fornecedores e governos, como indicadores que retratam a responsabilidade social da organização para com a comunidade da qual sofre e exerce influências.

A gestão estratégica procura utilizar adequadamente os recursos físicos, financeiros e humanos, minimizando os problemas e maximizando as oportunidades para alcançar os objetivos estabelecidos pela organização. Por isso o investimento de ações em responsabilidade social destaca a prática social como ferramenta estratégica no crescimento de negócios.

O desenvolvimento de planejamento com ênfase na responsabilidade social requer uma mudança bastante significativa na filosofia e na prática gerencial da maioria das organizações, sejam elas públicas ou privadas. Isso faz o empreendimento organizacional passar, necessariamente por uma fase de mudanças culturais e gerenciais, para possibilitar novas formas de atuação, comportamentos e comunicação, além de novas técnicas e práticas de planejamento, controle e avaliação organizacional e social. (KARKOTLI, 2006, p. 42)

De acordo com Pagliano (et al, 1999), as empresas têm os seguintes objetivos ao adotar comportamentos e práticas de responsabilidade social:

- a) Proteger e fortalecer a imagem da marca e sua reputação, favorecendo a imagem da organização – A credibilidade passa a ser uma importante vantagem, um diferencial competitivo no mundo globalizado;
- b) Diferenciação dos concorrentes – Quando a empresa se insere na comunidade cria um diferencial e se destaca, caracterizando a empresa;
- c) Visão positiva da empresa – A empresa passa a satisfazer não só seus acionistas, mas principalmente os consumidores;
- d) Geração de mídia – As ações sociais costumam ter repercussão na mídia, um espaço espontâneo que gera mais credibilidade do que campanhas publicitárias.
- e) Formação de seu mercado de futuro – Ao contribuir para o desenvolvimento da comunidade, forma e fixa os futuros consumidores;
- f) Fidelização dos clientes – Oferecer mais que as obrigações, qualidade e preço, conquistam o cliente. A associação a causas sociais abrangentes e de mídia proporciona um retorno imediato;
- g) Segurança patrimonial e dos empregados – Independente da localização da empresa, referente a bairros e localidades marginais aos centros urbanos, será cuidada pelos moradores;
- h) Proteção contra ações negativas dos consumidores – Evita o boicote no consumo, ou estabelece rapidamente a credibilidade caso a empresa não consiga prever o fato que venha a prejudicar seus consumidores ou a comunidade onde está inserida;

- i) Atrair e mantém talentos – Profissionais valorizam as empresas que os valoriza, são respeitados e conhecem o objetivo da empresa, fazendo o máximo para atingir;
- j) Controle reduzido – Acontecem menos controles e auditorias de órgãos externos de fiscalização;
- k) Dedução fiscal – Abatimentos de impostos e encargos;
- l) Atração de investidores – Muitos investidores individuais e institucionais estão investindo, pois percebem que o retorno é garantido em empresas socialmente responsáveis.

Uma empresa com responsabilidade social é aquela que tem a capacidade de perceber os interesses das diferentes partes (acionistas, funcionários, prestadores de serviço, fornecedores, consumidores, comunidade, governo e meio-ambiente) e conseguir incorporá-los em suas atividades, buscando atender à todos e não apenas dos acionistas ou proprietários.

A visão da organização a partir da responsabilidade social é apresentada e melhor visualizada na Figura 2:

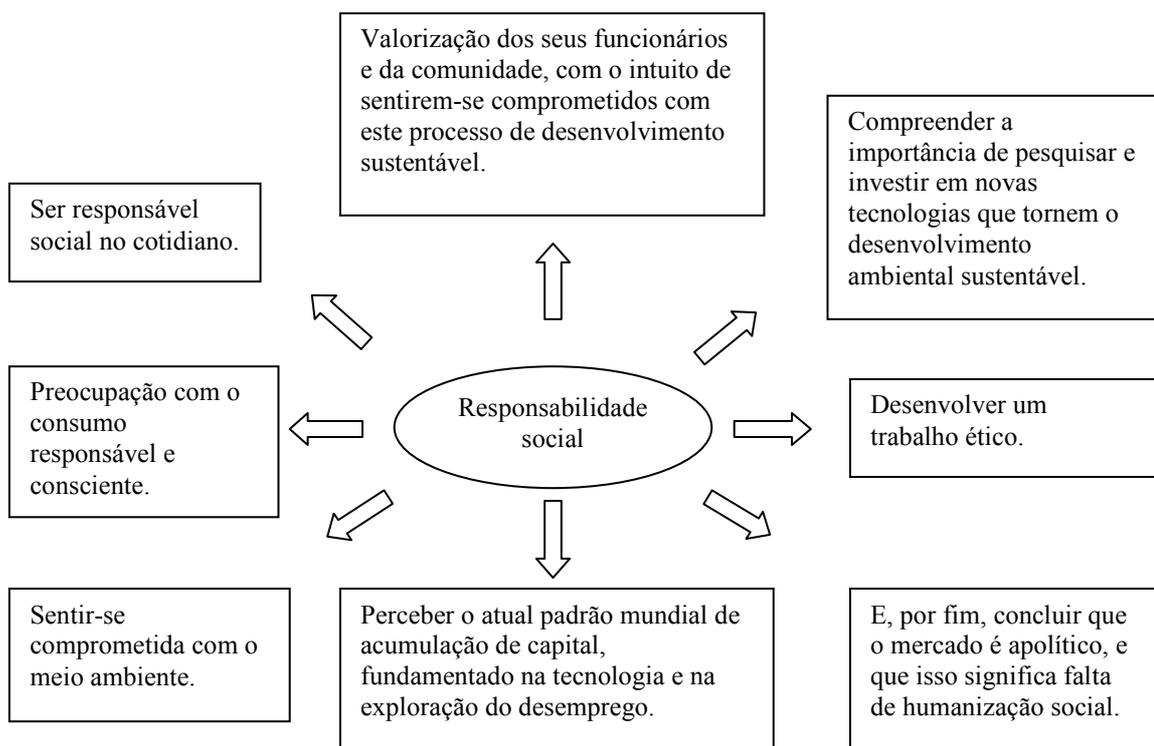


Figura 2 – A visão da organização a partir da responsabilidade social.

Fonte: Kwasnicka (2006, p. 47), adaptação de KARKOTLI (1995, p. 263).

Terra (2004) descreve que a cidadania empresarial requer que as empresas atuem em duas dimensões: a gestão da responsabilidade social interna e externa:

- A responsabilidade social externa busca como foco clientes, fornecedores, meio ambiente, governo e a comunidade onde está inserida. Transformando as ações realizadas, de certa forma é um investimento na sua imagem, reputação e respeito. A empresa passa a ter um status, que se denomina empresa-cidadã.
- A responsabilidade social interna tem como objetivo o público interno da empresa, seus colaboradores e dependentes. O seu foco é motivar e criar um ambiente agradável de trabalho e contribuir para seu bem-estar e qualidade de vida. Assim a organização ganha dedicação, empenho e lealdade.

As empresas socialmente responsáveis interagem com as diversas partes interessadas, respeitando o meio ambiente, o ambiente de trabalho e social, a qualidade de vida, o ambiente urbano, a qualidade dos produtos e serviços.

Portanto as organizações exercem uma força muito significativa, com grande relevância nas mudanças sociais, criadoras de forte influência na formação de idéias, valores e impactos na vida de pessoas e da sociedade em geral.

Esta força é exercida de diversas formas positiva ou negativamente, dentre as mais importantes, está força que exerce sobre o desemprego, consumo, distribuição de renda, qualidade de vida, qualidade e segurança no emprego, novas tecnologias, preservação e impacto ambiental e outros.

Com o desenvolvimento da responsabilidade social, a aplicabilidade e gestão começam a ter padrões, normas e indicadores do desempenho das ações sociais, ambientais e econômicas. Tais informações de desempenho, adquirem uma importância fundamental para as empresas, pois o objetivo do levantamento destas informações é a divulgação.

As organizações possuem atualmente uma grande variedade de indicadores, para verificar a situação social. Assim as práticas de responsabilidade social são verificadas por consumidores, investidores, clientes e a sociedade.

Existem várias instituições, nacionais e internacionais que elaboram normas e procedimentos para medir o desempenho das empresas quanto a responsabilidade social, tais como: *Council on Economic Priorities Accreditation Agency* – EUA (norma SA8000), *Institute of Social and Ethical Accountability* – Reino Unido (diretrizes AA10000) e o relatório de sustentabilidade do GRI e no Brasil, Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social (Indicadores Ethos) e o Instituto Brasileiro de Análise Sócio Econômica (Balanço Social IBASE).

Os indicadores de forma geral refletem sinteticamente as variações de uma situação num dado momento, para um país, região ou empresa sobre diversos fatores.

A seguir serão apresentados essas normas e procedimentos para medir o desempenho das empresas quanto à responsabilidade social.

2.3.1 Norma Social Accountability - SA8000

A SA8000 é uma norma que nasceu a partir da Responsabilidade Social Internacional (Social Accountability International – SAI). Esta norma procura aperfeiçoar as condições de trabalhos dos funcionários e também busca o desenvolvimento de um sistema de verificação que propicie a conformidade com os padrões estabelecidos.

Segundo a Det Norske Veritas - DNV (www.dnv.com.br):

SA 8000 é uma norma abrangente, global e de fácil verificação para se comprovar por auditoria e certificação o cumprimento da responsabilidade corporativa. Ele é aplicável tanto a pequenas quanto a grandes empresas que queiram mostrar a seus clientes e outros atores econômicos que elas se importam. O coração da norma é acreditar que todos os lugares de trabalho devem ser geridos de forma que os direitos humanos básicos sejam assegurados e que a gerência esteja preparada a assumir esta responsabilidade.

Esta norma incorpora direitos de trabalho internacionais e fundamenta-se em diversas normas de direitos humanos, inclusive a Declaração Universal dos Direitos do Homem e a Convenção sobre os Direitos das Crianças da ONU, evidenciando nove áreas: trabalho infantil, trabalho forçado, saúde e segurança, liberdade de associação, discriminação, práticas disciplinares, jornada de trabalho, salários e gestão.

2.3.2 Norma Accountability – AA1000

A Accountability 1000 – AA1000 foi lançada em meados de 1999, definindo princípios e processos, para assegurar a qualidade da contabilidade, auditoria e registro das informações sociais, ambientais e financeiras.

Conforme o Centro de Referencias em Cidadania, Ética e Responsabilidade – CRESCER (www.crescer.com.br), a AA1000 é:

Uma norma de diretrizes, não certificável, e apresenta os principais tópicos ligados à responsabilidade social, os pontos de divergência e de convergência com os demais padrões, sendo aplicável em organizações de qualquer setor, sejam públicas, privadas ou da sociedade civil, de qualquer tamanho e situada em qualquer local.

Esta norma procura auxiliar as empresas, acionistas, auditores, consultores e organizações certificadoras, podendo ser usada isoladamente ou em conjunto com outros padrões como a SA8000.

2.3.3 Relatório de Sustentabilidade do GRI

A Global Reporting Initiative (GRI) é uma organização não-governamental internacional, que tem sua sede em Amsterdã, na Holanda, cuja missão é desenvolver e disseminar globalmente diretrizes para elaboração de relatórios de sustentabilidade utilizados voluntariamente por empresas do mundo todo.

Desde o seu início, a GRI tem focado suas atividades na construção de um padrão de relatório que aborde os aspectos relacionados à sustentabilidade econômica, social e ambiental das organizações.

2.3.4 Indicadores Ethos

O Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social é uma entidade criada o intuito de mobilizar, sensibilizar e ajudar as empresas a administrar de forma socialmente responsável, buscando uma sociedade sustentável e mais justa.

De acordo com o Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social (www.ethos.org.br):

Os Indicadores Ethos de Responsabilidade Social Empresarial são uma ferramenta de aprendizado e avaliação da gestão no que se refere à incorporação de práticas de responsabilidade social empresarial ao planejamento estratégico e ao monitoramento e desempenho geral da empresa. Trata-se de um instrumento de auto-avaliação e aprendizagem de uso essencialmente interno.

Os Indicadores Ethos fazem parte dos esforços do Instituto Ethos na difusão da responsabilidade social empresarial no Brasil. Os Indicadores Ethos, servem de instrumento de avaliação para as empresas, reforçando a tomada de consciência dos empresários e da sociedade brasileira.

2.3.5 Balanço Social IBASE

O Instituto Brasileiro de Análise Sociais e Econômicas (IBASE) junto com o sociólogo Herbert de Souza a partir de 1997 chamaram à atenção dos empresários e da sociedade para a importância e a necessidade da realização do balanço social das empresas em um modelo único e simples.

De acordo com IBASE (www.balancosocial.org.br):

O balanço social é um demonstrativo publicado anualmente pela empresa reunindo um conjunto de informações sobre os projetos, benefícios e ações sociais dirigidas aos empregados, investidores, analistas de mercado, acionistas e à comunidade. É também um instrumento estratégico para avaliar e multiplicar o exercício da responsabilidade social corporativa.

O IBASE desenvolveu um modelo que tem a vantagem de estimular todas as empresas a divulgar seu balanço social, independente do tamanho e setor, pois o modelo foi desenvolvido junto com diversos representantes de empresas privadas e públicas, através de inúmeras reuniões e debates com diversos setores da sociedade.

2.4 BALANÇO SOCIAL

2.4.1 Evolução Histórica do Balanço Social

O balanço social vem sendo cada vez mais discutido, pois constitui um importante instrumento de divulgação das ações sociais das empresas, que buscam prestar contas à sociedade.

Pelos resultados das pesquisas realizadas por Tinoco (1984, Op. Cit. p. 25 apud KROETZ, 2000, p. 54) sabe-se que:

No início dos anos 60, por causa da guerra do Vietnã, o governo Nixon (EUA) e as entidades que o apoiavam foram severamente criticadas, como o citado autor: “Clamava-se pelo fim da guerra e por outro lado exigia-se que as empresas adotassem nova postura, moral e ética perante os cidadãos”. Nesse momento, exigem-se informações relativas às relações sociais da entidade, dentro e fora dela. Assim, surgem as primeiras informações sociais, que são publicadas junto ao balanço patrimonial.

A idéia de responsabilidade social das empresas ganhou força nos anos 70, na Europa. Em 1971 a companhia alemã STEAG produziu uma espécie de relatório social, um balanço de suas atividades sociais. Porém, o que pode ser classificado como um marco na história dos

balanços sociais aconteceu na França em 72: foi o ano em que a empresa SINGER fez o primeiro balanço social da história das empresas.

Segundo Torres (www.balancosocial.org.br):

Na França, várias experiências consolidaram a necessidade de uma avaliação mais sistemática por parte das empresas no âmbito social. Até que em 12 de julho de 1977, foi aprovada a Lei 77.769, que tornava obrigatória a realização de Balanços Sociais periódicos para todas as empresas com mais de 700 funcionários. Este número caiu posteriormente para 300 funcionários.

No Brasil os primeiros sinais de mudanças do pensamento de empresários, quanto à responsabilidade social das empresas, podem ser notados a partir dos anos 70 e 80.

Ribeiro (2005, p. 11) destaca que em 1997, a ADCE organizou seu 2º Encontro Nacional, no qual discutiu o balanço social. Nesse mesmo ano, uma delegação brasileira participou da assembléia anual da Unipac, no México, apresentando discussões sobre balanço social – instrumento a serviço da empresa.

Na década de 80, a Fundação Instituto de Desenvolvimento Empresarial e Social (FIDES) chegou a elaborar um modelo do balanço social.

Porém, só a partir do início dos anos 90 é que algumas poucas empresas passaram a divulgar sistematicamente em balanços e relatórios sociais as ações realizadas em relação à comunidade, ao meio ambiente e ao seu corpo de funcionários.

Desta forma, o balanço social da Nitrofértil, empresa estatal situada na Bahia, que foi elaborado em 1984, é considerado o primeiro documento brasileiro do gênero, que carrega o nome de Balanço Social.

Em 1986 é lançado o balanço social do mercado de capitais, patrocinado pelo Comitê de Divulgação do Mercado de Capitais – Codimec e em 1991 a Telebrás publica a primeira Demonstração do Valor Adicionado.

O Banespa elabora, em 1992, seu balanço social, além de publicar sua Demonstração do Valor Adicionado. Em 1993 a Febraban elabora a primeira Demonstração do Valor Adicionado do setor bancário.

Conforme Ribeiro (2005, p. 12):

Em 1997, foi a vez do Projeto Lei nº 3.116, de autoria das então deputadas Marta Suplicy, Sandra Starling e Maria da Conceição Tavares, que tinha por objetivo obrigar as empresas a publicar seu Balanço Social. De acordo com esse projeto de lei, este deveria conter dados sobre o faturamento, empregados (quantidade, remuneração, sexo, faixa etária e benefícios), encargos sociais e tributos pagos, investimentos em segurança, em meio ambiente, em benefício à comunidade externa, à empresa etc. O referido projeto foi arquivado, em função do encerramento do mandato de suas autoras, antes de sua passagem pelas comissões de trabalhos pertinentes, no Congresso Nacional.

Neste mesmo ano, a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) colocou em discussão a implementação do Balanço Social e sua obrigatoriedade, contudo o tema, por ser considerado polêmico, não chegou a um consenso, (RIBEIRO, 2005).

Assim, segundo Torres (www.balancosocial.org.br), desde meados de 1997 o sociólogo Herbert de Souza, o Betinho, e o Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE), vinham batendo na mesma tecla e chamando à atenção dos empresários e de toda a sociedade para a importância e a necessidade da realização do balanço social das empresas em um modelo único e simples. E este modelo foi desenvolvido no IBASE em parceria com diversos representantes de empresas públicas e privadas, a partir de inúmeras reuniões e debates com setores da própria sociedade.

Para dar prosseguimento a este último grande desafio lançado pelo sociólogo Herbert de Souza (Betinho), realizou-se outro seminário em setembro de 1998 (tendo a Petrobrás e o Jornal Gazeta Mercantil como parceiros), onde destacou a importância do reconhecimento e fortalecimento do "Selo Balanço Social" que está sendo fornecido pelo IBASE às empresas que publicam seu balanço social anualmente.

Diante desta situação e pelo balanço social se tratar de uma demonstração contábil, produto do sistema de informações contábeis, os quais coletam dados, processam e divulgam informações, em 19 de agosto de 2004 o Conselho Federal de Contabilidade aprovou a NBC T 15 – Informações de Natureza Social e Ambiental, que estabelece procedimentos para evidenciação de informações de natureza social e ambiental, com o objetivo de demonstrar à sociedade a participação e a responsabilidade social da entidade.

2.4.2 Conceitos de Balanço Social

A contabilidade durante muito tempo propôs-se atender as empresas e o governo, por meio do Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado do Exercício, Demonstração de Lucros e Prejuízos Acumulados, Demonstração de Origens e Aplicações de Recursos exigidas pela lei 6.404/76 ou a Demonstração de Valor Agregado e a Demonstração de Fluxo de Caixa, relevantes às disposições da Lei nº 11.638/07.

Com a evolução da contabilidade e com as transformações e desenvolvimento das empresas, investidores, credores, colaboradores e a sociedade, surgiu à necessidade de novas demonstrações que evidenciassem informações quanto ao desempenho social, além das informações quanto ao desempenho econômico e financeiro evidenciados nos demonstrativos tradicionais.

O balanço social é uma demonstração que tem sua origem na contabilidade. Mesmo se tratando de uma demonstração alternativa, quando publicado, o balanço social expõe para toda a sociedade de forma transparente, as informações econômicas e sociais e as suas preocupações e ações voltadas à responsabilidade social.

De acordo com Kroetz (2000, p. 79), o balanço social tem como objetivos:

- a) Revelar, conjuntamente com as demais demonstrações contábeis, a solidez da estratégia de sobrevivência e crescimento da entidade;
- b) Evidenciar, com indicadores, as contribuições à qualidade de vida da população;
- c) Abranger o universo das interações sociais entre: clientes, fornecedores, associações, governo, acionistas, investidores, universidade e outros;
- d) Apresentar os investimentos no desenvolvimento de pesquisas e tecnologias;
- e) Formar um banco de dados confiável para análise e tomada de decisão dos mais diversos usuários;
- f) Ampliar o grau de confiança da sociedade na entidade;
- g) Contribuir para a implementação e manutenção de processos de qualidade, sendo a própria demonstração do Balanço Social um parâmetro para tal;
- h) Medir os impactos das informações apresentadas no Balanço Social perante a comunidade dos negócios; no amanhã da entidade; na marca/*goodwill*, na imagem do negócio;
- i) Verificar a participação do quadro funcional no processo de gestão (fase da gestão participativa);
- j) Servir de instrumento para negociações laborais entre a direção da entidade e sindicatos ou representantes dos funcionários;
- k) Melhorar o sistema de controle interno, permitindo qualificar o ambiente organizacional, numa perspectiva de confirmar a regularidade da gestão identificada com o gerenciamento social e ecologicamente correto;
- l) Clarificar os objetivos e as políticas administrativas, julgando a administração não apenas em função do resultado econômico, mas também dos resultados sociais.

De acordo com Herbert de Souza, o “Betinho” (www.balancosocial.org.br):

A idéia do Balanço Social é demonstrar quantitativamente e qualitativamente o papel desempenhado pelas empresas no plano social, tanto internamente quanto na sua atuação na comunidade. Os itens dessa verificação são vários, educação, saúde, atenção à mulher, atuação na preservação do meio ambiente, melhoria na qualidade de vida e de trabalho de seus empregados, apoio a projetos comunitários visando à erradicação da pobreza, geração de renda e de novos postos de trabalho.

Praticamente da mesma forma, a ex-deputada federal Marta Suplicy, uma das autoras do Projeto Lei nº 3.116/97, em Suplicy (1997, p. 3 apud SANTOS, 2003, p. 23), destaca:

A informação é um dos pressupostos da cidadania. O balanço Social é um instrumento de informação. Servirá tanto para os trabalhadores e a sociedade como para os dirigentes das empresas na mensuração das suas próprias atividades. Ainda estimulará o controle da sociedade sobre o uso dos incentivos fiscais e ajudará na identificação de políticas de recursos humanos.

O papel desta demonstração é tornar pública a responsabilidade social empresarial, criando um vínculo entre a sociedade, meio ambiente e a empresa, tornando-se uma importante ferramenta de transformação social.

Desta forma, alguns autores definem o balanço social:

Santos et al. (1998, p. 80 apud SANTOS, 2003, p.23) definem da seguinte forma:

É um conjunto de informações que pode ou não ter origem na contabilidade financeira e tem como principal objetivo demonstrar o grau de envolvimento da empresa em relação à sociedade que a acolhe, devendo ser entendido como um grande instrumento no processo de reflexão sobre as atividades das empresas e dos indivíduos no contexto da comunidade como um todo. Será um poderoso referencial de informações nas definições de políticas de recursos humanos, nas decisões de incentivos fiscais, no auxílio sobre novos investimentos e no desenvolvimento da consciência para a cidadania.

Conforme Tinoco, (2001, p.14):

O Balanço Social é um instrumento de gestão e de informações que visa evidenciar, de forma mais transparente possível, informações econômicas e sociais, do desempenho das entidades, aos mais diferenciados usuários, entre estes os funcionários.

Portanto, é importante que o balanço Social tenha uma metodologia de apresentação transparente e objetiva, facilitando a identificação das informações para cada usuário.

2.4.3 Usuários do Balanço Social

O balanço social oferece várias informações, aos mais diversos usuários que utilizam as informações sob um enfoque.

Os dados contidos neste demonstrativo servirão aos seguintes usuários, entre outros, conforme a figura 3 :



Figura 3 – Alguns usuários do Balanço Social.

Fonte: Kroetz (2000, p. 84)

A Figura três apresenta os usuários do balanço social e sua relação de interesse com este demonstrativo, Kroetz (2000), descreve esta relação:

Trabalhadores – O balanço social proporciona aos trabalhadores subsídios para negociações com a categoria patronal. Também tem importantes indicadores que revelam a influência que a empresa exerce sobre a sociedade, principalmente por divulgar as ações desenvolvidas em benefício ao seu quadro funcional, além de demonstrar as características que definem o perfil de seus funcionários (qualificação, escolaridade, faixas salariais, sexo, e outros);

Acionistas – Quanto aos acionistas oferece informações que complementam as demonstrações contábeis e financeiras, evidenciando ações na área social e ecológica, dando maior segurança na hora de determinar os seus investimentos;

Diretores/Administradores - Fornece indicadores e subsídios na elaboração do planejamento estratégico e tomada de decisão, identificando tendências do mercado e melhorando a interação com o ambiente interno e externo;

Fornecedores – Demonstrará as ações implementadas nas áreas sociais e ambientais, transmitindo maior confiabilidade e tranquilidade. Apresentando ainda o perfil da organização e sua política junto ao público interno e externo;

Clientes – Permitem conhecer as políticas da entidade, as ações sociais e ambientais, as relações com funcionários e outros clientes, demonstrando a qualidade interna e externa da entidade, servindo de instrumento de informação;

Sociedade – O balanço social desenvolve a função de informativo, deixando a sociedade a par dos acontecimentos, favoráveis e desfavoráveis, internos e externos, decorrentes das atividades desenvolvidas, cabendo a sociedade o direito de fiscalizar e identificar danos ao meio ambiente em função de suas atividades;

Governo – Vai gerar informações sociais, por atividades e região, servindo de instrumento de apoio para a tomada de decisão governamental, podendo inclusive controlar e incentivar as entidades a partir deste demonstrativo.

Estudiosos – Com os balanços sociais de diversas entidades irá gerar um enorme banco de dados que servirá de estudos para uma melhor compreensão da realidade, além de desencadear o desenvolvimento de novos estudos e pesquisas;

Concorrentes – Servirá para investigar as entidades divulgadoras, projetando níveis de competitividade, tendências, oportunidades e outras ações correlacionadas com a responsabilidade social e ambiental;

Sindicatos – Poderá ser utilizado para aprimorar os processos de negociação com a classe empresarial e também aprimorar ações na área social referente ao quadro de associados.

Segundo o IBASE (www.balancosocial.org.br):

O balanço social favorece a todos os grupos que interagem com a empresa. Aos dirigentes fornece informações úteis à tomada de decisões relativas aos programas sociais que a empresa desenvolve. Seu processo de realização estimula a participação dos funcionários e funcionárias na escolha das ações e projetos sociais, gerando um grau mais elevado de comunicação interna e integração nas relações entre dirigentes e o corpo funcional.

Aos fornecedores e investidores, informa como a empresa encara suas responsabilidades em relação aos recursos humanos e à natureza, o que é um bom indicador da forma como a empresa é administrada.

Para os consumidores, dá uma idéia de qual é a postura dos dirigentes e a qualidade do produto ou serviço oferecido, demonstrando o caminho que a empresa escolheu para construir sua marca. E ao Estado, ajuda na identificação e na formulação de políticas públicas. Enfim, como dizia Betinho: "o balanço social não tem donos, só beneficiários".

Por isso o balanço social é um instrumento de informação, onde a empresa presta esclarecimentos sobre as ações de responsabilidade social, divulgando de forma transparente as atividades que impactam positiva ou negativamente sobre os colaboradores, clientes, fornecedores, investidores, gestores, governo e a toda sociedade.

2.5 BALANÇO SOCIAL - IBASE

Dentre as mais diversas instituições que desenvolveram e propuseram modelos de Balanços Sociais com o intuito de incentivar as empresas a publicarem tal demonstrativo, o IBASE foi o que teve mais êxito, sendo hoje, o seu modelo, o mais usado entre as empresas brasileiras.

O Instituto de Análises Sociais e Econômicas (IBASE), foi criado em 1981, tendo entre seus fundadores o sociólogo Herbert de Souza, o Betinho.

Segundo o IBASE (www.ibase.br):

É uma instituição sem fins lucrativos, sem vinculação religiosa e partidária. Nossa missão é aprofundar a democracia, seguindo os princípios de igualdade, liberdade, participação cidadã, diversidade e solidariedade.

Os programas de ações do IBASE promovem a discussão na esfera privada e pública, destacando: transparência, responsabilidade social, participação e desenvolvimento sustentável, e processos sociais de inclusão.

A idéia de responsabilidade social empresarial, elaboração e divulgação de relatórios com informações de caráter sociais por parte das empresas, só ganhou força no Brasil, quando o sociólogo Betinho lançou, em 1997, uma campanha pela divulgação voluntária do balanço social.

Em 1998, para estimular a participação de um maior número de corporações, o Instituto de Análises Sociais e Econômicas lançou o Selo Balanço Social IBASE/Betinho. O selo é conferido anualmente a todas as empresas que publicam o balanço social no modelo sugerido pelo IBASE, dentro da metodologia e dos critérios propostos. (IBASE, 2008)

O balanço social proposto pelo IBASE é um demonstrativo onde a empresa divulga as suas informações, referente à receita líquida, resultado operacional, folha de pagamento bruta e indicadores sociais internos (alimentação, previdência privada, saúde, educação, cultura, capacitação e desenvolvimento profissional, creche ou auxílio creche, participação nos lucros ou resultados e outros benefícios). Quanto aos indicadores sociais externos, são informados os investimentos com educação, cultura, saúde e saneamento, esporte, combate a fome e a segurança alimentar. Na parte ambiental, o demonstrativo evidencia investimentos relacionados com a produção e operação da empresa, em programas e/ou projetos externos e metas anuais. O balanço social contempla indicadores quanto ao corpo funcional, como, número total de empregados no final do período, admissões, empregados terceirizados, estagiários, contratação de mulheres, deficientes físicos e negros. E por último, traz informações sobre ao exercício da cidadania empresarial, relação entre a maior e a menor remuneração, número total de acidentes de trabalho e a distribuição do valor adicionado. O Quadro 1 apresenta o modelo de balanço social proposto pelo IBASE:

Balanço Social Anual / 2007



Empresa:

1 - Base de Cálculo	2007 Valor (Mil reais)			2006 Valor (Mil reais)		
Receita líquida (RL)						
Resultado operacional (RO)						
Folha de pagamento bruta (FPB)						
2 - Indicadores Sociais Internos	Valor (mil)	% sobre FPB	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre FPB	% sobre RL
Alimentação						
Encargos sociais compulsórios						

Previdência privada						
Saúde						
Segurança e saúde no trabalho						
Educação						
Cultura						
Capacitação e desenvolvimento profissional						
Creches ou auxílio-creche						
Participação nos lucros ou resultados						
Outros						
Total - Indicadores sociais internos						
3 - Indicadores Sociais Externos	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL
Educação						
Cultura						
Saúde e saneamento						
Esporte						
Combate à fome e segurança alimentar						
Outros						
Total das contribuições para a sociedade						
Tributos (excluídos encargos sociais)						
Total - Indicadores sociais externos						
4 - Indicadores Ambientais	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL
Investimentos relacionados com a produção/ operação da empresa						
Investimentos em programas e/ou projetos externos						
Total dos investimentos em meio ambiente						
Quanto ao estabelecimento de "metas anuais" para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/ operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos naturais, a empresa	<input type="checkbox"/> não possui metas <input type="checkbox"/> cumpre de 51 a 75% <input type="checkbox"/> cumpre de 0 a 50% <input type="checkbox"/> cumpre de 76 a 100%		<input type="checkbox"/> não possui metas <input type="checkbox"/> cumpre de 51 a 75% <input type="checkbox"/> cumpre de 0 a 50% <input type="checkbox"/> cumpre de 76 a 100%			
5 - Indicadores do Corpo Funcional	2007			2006		
Nº de empregados(as) ao final do período						
Nº de admissões durante o período						
Nº de empregados(as) terceirizados(as)						
Nº de estagiários(as)						
Nº de empregados(as) acima de 45 anos						
Nº de mulheres que trabalham na empresa						
% de cargos de chefia ocupados por mulheres						
Nº de negros(as) que trabalham na empresa						
% de cargos de chefia ocupados por negros(as)						
Nº de pessoas com deficiência ou necessidades especiais						
6 - Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial	2007			Metas 2008		
Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa						
Número total de acidentes de						

trabalho						
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:	<input type="checkbox"/> direção	<input type="checkbox"/> direção e gerências	<input type="checkbox"/> todos(as) empregados(as)	<input type="checkbox"/> direção	<input checked="" type="checkbox"/> direção e gerências	<input type="checkbox"/> todos(as) empregados(as)
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:	<input type="checkbox"/> direção e gerências	<input type="checkbox"/> todos(as) empregados(as)	<input type="checkbox"/> todos(as) + Cipa	<input type="checkbox"/> direção e gerências	<input type="checkbox"/> todos(as) empregados(as)	<input checked="" type="checkbox"/> todos(as) + Cipa
Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos(as) trabalhadores(as), a empresa:	<input type="checkbox"/> não se envolve	<input type="checkbox"/> segue as normas da OIT	<input type="checkbox"/> incentiva e segue a OIT	<input type="checkbox"/> não se envolverá	<input type="checkbox"/> seguirá as normas da OIT	<input checked="" type="checkbox"/> incentivará e seguirá a OIT
A previdência privada contempla:	<input type="checkbox"/> direção	<input type="checkbox"/> direção e gerências	<input type="checkbox"/> todos(as) empregados(as)	<input type="checkbox"/> direção	<input type="checkbox"/> direção e gerências	<input checked="" type="checkbox"/> todos(as) empregados(as)
A participação dos lucros ou resultados contempla:	<input type="checkbox"/> direção	<input type="checkbox"/> direção e gerências	<input type="checkbox"/> todos(as) empregados(as)	<input type="checkbox"/> direção	<input type="checkbox"/> direção e gerências	<input checked="" type="checkbox"/> todos(as) empregados(as)
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa:	<input type="checkbox"/> não são considerados	<input type="checkbox"/> são sugeridos	<input type="checkbox"/> são exigidos	<input type="checkbox"/> não serão considerados	<input checked="" type="checkbox"/> serão sugeridos	<input type="checkbox"/> serão exigidos
Quanto à participação de empregados(as) em programas de trabalho voluntário, a empresa:	<input type="checkbox"/> não se envolve	<input type="checkbox"/> apóia	<input type="checkbox"/> organiza e incentiva	<input type="checkbox"/> não se envolverá	<input type="checkbox"/> apoiará	<input checked="" type="checkbox"/> organizará e incentivará
Número total de reclamações e críticas de consumidores(as):	na empresa _____	no Procon _____	na Justiça _____	na empresa _____	no Procon _____	na Justiça _____
% de reclamações e críticas atendidas ou solucionadas:	na empresa _____%	no Procon _____%	na Justiça _____%	na empresa _____%	no Procon _____%	na Justiça _____%
Valor adicionado total a distribuir (em mil R\$):	Em 2007:			Em 2006:		
Distribuição do Valor Adicionado (DVA):	_____% governo _____% acionistas	_____% colaboradores(as) _____% terceiros	_____% retido	_____% governo _____% acionistas	_____% colaboradores(as) _____% terceiros	_____% retido
7 - Outras Informações						

Quadro 1 – Modelo do Balanço Social Proposto pelo Ibase.

Fonte: www.balancosocial.org.br (2008)

O modelo do balanço social proposto pelo IBASE (Quadro 1), é simples e de fácil entendimento, promovendo informações de aspectos sociais, econômicos e ambientais.

O balanço social IBASE está dividido em sete grupos de informações:

2.5.1 Base de Cálculo

Apresenta informações sobre a receita líquida (receita bruta excluída dos impostos, contribuições, devoluções, abatimentos e descontos comerciais), resultado operacional (lucro ou prejuízo apresentado pela empresa no período) e folha de pagamento bruta (somatório de remuneração como salários, gratificações, comissões e abonos, 13º salário, férias e encargos sociais compulsórios como INSS, FGTS e contribuição social). (IBASE, 2008)

2.5.2 Indicadores Sociais Internos

Divulga informações relacionadas a benefícios propiciados aos colaboradores como: alimentação (gastos com restaurante, vale-refeição, lanches, cestas básicas e outros

relacionados à alimentação dos empregados), previdência privada (planos especiais de aposentadoria, fundações previdenciárias, complementações de benefícios a aposentados e seus dependentes), saúde (plano de saúde, assistência médica, programas de medicina preventiva, programas de qualidade de vida e outros gastos com saúde, inclusive dos aposentados), educação (gastos com ensino regular em todos os níveis, reembolso de educação, bolsas, assinaturas de revistas, gastos com biblioteca (excluído pessoal) e outros gastos com educação), cultura (gastos com eventos e manifestações artísticas e culturais como música, teatro, cinema, literatura e outras artes), capacitação e desenvolvimento profissional (recursos investidos em treinamentos, cursos, estágios (excluído os salários) e gastos voltados especificamente para capacitação relacionada com a atividade desenvolvida por empregados), creche ou auxílio-creche (creche no local ou auxílio-creche a empregados), participação nos lucros ou resultados (participações que não caracterizem complemento de salários) e outros benefícios como seguros (parcela paga pela empresa), empréstimos (só o custo), gastos com atividades recreativas, transportes, moradia e outros benefícios oferecidos a empregados podem ser aqui enumerados. (IBASE, 2008)

2.5.3 Indicadores Sociais Externos

Apresenta o total das contribuições para a sociedade, fazendo um somatório dos investimentos na comunidade que aparecem discriminados em setores importantes onde a empresa deve investir (como habitação, creche, lazer e diversão, por exemplo). Porém podem aparecer aqui somente os investimentos focais que a empresa realiza regularmente, além dos tributos dos (excluídos encargos sociais) como impostos, contribuições e taxas federais, estaduais e municipais. (IBASE, 2008)

2.5.4 Indicadores Ambientais

Apresenta investimentos realizados em meio ambiente, como os relacionados com a produção/operação da empresa (investimentos, monitoramento da qualidade dos resíduos/efluentes, despoluição, gastos com a introdução de métodos não-poluentes, auditorias ambientais, programas de educação ambiental para os funcionários e outros gastos com o objetivo de incrementar e buscar o melhoramento contínuo da qualidade ambiental na produção/operação da empresa), com programas/projetos externos (despoluição, conservação de recursos ambientais, campanhas ecológicas e educação socioambiental para a comunidade

externa e para sociedade em geral) e metas anuais (resultado médio percentual alcançado pela empresa no cumprimento de metas ambientais estabelecidas pela própria corporação, por organizações da sociedade civil e/ou por parâmetros internacionais como o Global Reporting Initiative – GRI). (IBASE, 2008)

2.5.5 Indicadores do Corpo Funcional

Relaciona informações sobre as características dos seus funcionários, como número total de empregados no final do período, admissões, empregados terceirizados, estagiários, contratação de mulheres, deficientes físicos e negros. (IBASE, 2008)

2.5.6 Informações Relevantes quanto ao Exercício da Cidadania Empresarial

Este é um grupo muito importante, diz respeito as ações de responsabilidade social, ambiental e ética desenvolvidas pela empresa, como políticas salariais, de segurança no trabalho, seleção de fornecedores e atendimento a reclamações de clientes, evidenciando a relação entre a maior e a menor remuneração (o resultado absoluto da divisão da maior remuneração pela menor), o número total de acidentes de trabalho (todos os acidentes de trabalho registrados durante o ano), normas (conforme as Convenções 87, 98, 135 e 154 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e os itens da norma Social Accountability 8000 -SA8000) e a distribuição do valor adicionado. (IBASE, 2008)

2.5.7 Outras Informações

Este espaço está disponível para que a empresa agregue outras informações importantes quanto ao exercício da responsabilidade social, ética e transparência. (IBASE, 2008)

O IBASE também disponibiliza em seu site informações referentes ao preenchimento e publicação do Balanço Social, além de divulgar as empresas e seus Balanços Sociais em um banco de dados para possíveis consultas e comparações.

2.6 INFORMAÇÕES DE NATUREZA SOCIAL E AMBIENTAL - NBC T 15

Visando estabelecer os procedimentos para evidenciação das informações de natureza social e ambiental, o Conselho Federal de Contabilidade, cria, através da Resolução nº 1003/2004, a NBC T 15, que estabelece a Demonstração de Informações de Natureza Social e Ambiental (balanço social), que tem por objetivo demonstrar para sociedade as ações e preocupações referentes à responsabilidade social da entidade.

Para aplicar as disposições estabelecidas nesta norma, entendem-se como informações de natureza social e ambiental:

- a) a geração e a distribuição de riqueza;
- b) os recursos humanos;
- c) a interação da entidade com o ambiente externo;
- d) a interação com o meio ambiente.

De acordo com o boletim Iob Online (www.iobonline.com.br) a Demonstração de Informações de Natureza Social e Ambiental quando elaborada deve evidenciar os dados e as informações de natureza social e ambiental da entidade, extraídos ou não da contabilidade, e deve ser apresentada, para efeito de comparação, com as informações do exercício atual e do exercício anterior.

Quando divulgada, a demonstração deve ser considerada como informação complementar às demonstrações contábeis, não podendo ser confundida com as notas explicativas.

As informações desta demonstração também serão objeto de revisão por auditor independente, devendo ser publicada com o relatório deste, quando a entidade for submetida a esse procedimento.

As informações a serem divulgadas conforme Anexo A, e de acordo com a NBC T 15 são:

2.6.1 Geração e Distribuição de Riqueza

A riqueza gerada e distribuída pela entidade deve ser apresentada conforme a Demonstração do Valor Adicionado, definida na NBC T 3.

2.6.2 Recursos Humanos

Devem constar dados referentes à remuneração, benefícios concedidos, composição do corpo funcional e as contingências e os passivos trabalhistas da entidade.

Quanto à remuneração e benefícios concedidos aos empregados, administradores, terceirizados e autônomos, devem constar (www.cfc.org.br):

- a) Remuneração bruta segregada por empregados, administradores, terceirizados e autônomos;
- b) Relação entre a maior e a menor remuneração da entidade, considerando os empregados e os administradores;
- c) gastos com encargos sociais;
- d) gastos com alimentação;
- e) gastos com transporte;
- f) gastos com previdência privada;
- g) gastos com saúde;
- h) gastos com segurança e medicina do trabalho;
- i) gastos com educação (excluídos os de educação ambiental);
- j) gastos com cultura;
- k) gastos com capacitação e desenvolvimento profissional;
- l) gastos com creches ou auxílio-creches;
- m) participações nos lucros ou resultados.

Estas informações devem ser expressas monetariamente pelo valor total do gasto com cada item e a quantidade de empregados, autônomos, terceirizados e administradores beneficiados. Nas informações relativas à composição dos recursos humanos, devem ser evidenciados (www.cfc.org.br):

- a) total de empregados no final do exercício;
- b) total de admissões;
- c) total de demissões;
- d) total de estagiários no final do exercício;
- e) total de empregados portadores de necessidades especiais no final do exercício;
- f) total de prestadores de serviços terceirizados no final do exercício;
- g) total de empregados por sexo;
- h) total de empregados por faixa etária, nos seguintes intervalos:
menores de 18 anos
de 18 a 35 anos
de 36 a 60 anos
acima de 60 anos
- i) total de empregados por nível de escolaridade, segregados por:
analfabetos
com ensino fundamental
com ensino médio
com ensino técnico
com ensino superior
pós-graduados
- j) percentual de ocupantes de cargos de chefia, por sexo.

Nas informações relativas às ações trabalhistas movidas pelos empregados contra a entidade, devem ser evidenciados (www.cfc.org.br):

- a) número de processos trabalhistas movidos contra a entidade;
- b) número de processos trabalhistas julgados procedentes;
- c) número de processos trabalhistas julgados improcedentes;
- d) valor total de indenizações e multas pagas por determinação da justiça.

Para o fim desta informação, os processos providos parcialmente ou encerrados por acordo devem ser considerados procedentes.

2.6.3 Interação da Entidade com o Ambiente Externo

Nas informações relativas à interação da entidade com o ambiente externo, devem constar dados sobre o relacionamento com a comunidade na qual a entidade está inserida, com os clientes e com os fornecedores, inclusive incentivos decorrentes dessa interação.

Nas informações relativas à interação com a comunidade, devem ser evidenciados os totais dos investimentos em (www.cfc.org.br):

- a) educação, exceto a de caráter ambiental;
- b) cultura;
- c) saúde e saneamento;
- d) esporte e lazer, não considerados os patrocínios com finalidade publicitária;
- e) alimentação.

Nas informações relativas à interação com os clientes, devem ser evidenciados:

- a) número de reclamações recebidas diretamente na entidade;
- b) número de reclamações recebidas por meio dos órgãos de proteção e defesa do consumidor;
- c) número de reclamações recebidas por meio da Justiça;
- d) número das reclamações atendidas em cada instância arrolada;
- e) montante de multas e indenizações a clientes, determinadas por órgãos de proteção e defesa do consumidor ou pela Justiça;
- f) ações empreendidas pela entidade para sanar ou minimizar as causas das reclamações.

Nas informações relativas aos fornecedores, a entidade deve informar se utiliza critérios de responsabilidade social para a seleção de seus fornecedores.

2.6.4 Interação com o Meio Ambiente

Nas informações relativas à interação da entidade com o meio ambiente, devem ser evidenciados (www.cfc.org.br):

- a) investimentos e gastos com manutenção nos processos operacionais para a

- melhoria do meio ambiente;
- b) investimentos e gastos com a preservação e/ou recuperação de ambientes degradados;
 - c) investimentos e gastos com a educação ambiental para empregados, terceirizados, autônomos e administradores da entidade;
 - d) investimentos e gastos com educação ambiental para a comunidade;
 - e) investimentos e gastos com outros projetos ambientais;
 - f) quantidade de processos ambientais, administrativos e judiciais movidos contra a entidade;
 - g) valor das multas e das indenizações relativas à matéria ambiental, determinadas administrativa e/ou judicialmente;
 - h) passivos e contingências ambientais.

2.7 DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO - DVA

A Demonstração do Valor Adicionado é peça importantíssima do balanço social, devendo ser considerada a forma mais competente criada pela contabilidade para medir a capacidade de geração e distribuição da riqueza de uma entidade.

De acordo com Marion (2002, p. 68):

A Demonstração do Valor Adicionado evidenciará os componentes geradores do valor adicionado a sua distribuição entre os empregados, financiadores, acionistas, governo e outros, bem como a parcela retida para investimento.

A riqueza gerada pela empresa, de acordo com o conceito do valor adicionado, é a diferença entre o valor da sua produção e dos bens produzidos por terceiros utilizados no processo de produção da empresa.

De Luca (1992, p. 56 apud SANTOS, 2003, p. 26) afirma que:

O valor adicionado de uma empresa representa o quanto de valor ela agrega aos insumos que adquire num determinado período e é obtido, de forma geral, pela diferença entre as vendas e total dos insumos adquiridos de terceiros, este valor será igual à soma e toda a remuneração.

As empresas poderão utilizar a demonstração do valor adicionado para identificar, analisar e comunicar o total de recursos adicionais gerados para a economia (local, regional, nacional, setorial etc.), como também para relacionar quais as fontes e quais aplicações dessa riqueza (para quem foi distribuída). (KROETZ, 2000)

As informações contidas na DVA, são fundamentais para a análise de um entidade, demonstrando o que foi adicionado de riqueza aos produtos/serviços, associada a sua distribuição.

2.8 DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO - NBC T 3.7

A Demonstração do Valor Adicionado (ou do Valor Agregado) é uma conceituada como uma demonstração contábil determinada a evidenciar as informações referentes à riqueza gerada pela entidade e sua distribuição em determinado período.

De acordo com o boletim Iob Online (www.iobonline.com.br) as orientações de caráter geral (para todas as empresas) sobre a elaboração da DVA foram estabelecidas pela Resolução CFC nº 1010/2005, que aprovou a NBC T 3.7 – Demonstração do Valor Adicionado.

A CVM também orienta as companhias abertas sobre como proceder para elaborar essa demonstração.

A DVA é uma importante fonte de informação, que é necessária para confecção de um Balanço Social, e por isso apresenta um conjunto de informações que permitem a análise do desempenho econômico da empresa, evidenciando a geração de riqueza, como a distribuição da mesma.

As informações desta demonstração também serão objeto de revisão por auditor independente, devendo ser publicada com o relatório deste, quando a entidade for submetida a esse procedimento.

Segue a estrutura das informações a serem divulgadas conforme Anexo B, e de acordo com a NBC T 3.7:

A Demonstração do Valor Adicionado deve ser apresentada de forma comparativa mediante a divulgação simultânea de informações do período atual e do anterior.

A demonstração referida no item anterior, quando divulgada, deve ser efetuada como informação complementar às Demonstrações Contábeis, não se confundindo com as notas explicativas.

A Demonstração do Valor Adicionado deve evidenciar os componentes abaixo (www.cfc.org.br):

- a) a receita bruta e as outras receitas;
- b) os insumos adquiridos de terceiros;
- c) os valores retidos pela entidade;
- d) os valores adicionados recebidos (dados) em transferência a outras entidades;
- e) valor total adicionado a distribuir; e
- f) distribuição do valor adicionado.

No grupo de receita bruta e outras receitas, devem ser apresentados (www.cfc.org.br):

- a) as vendas de mercadorias, produtos e serviços, incluindo os valores dos tributos incidentes sobre essas receitas, ou seja, o valor correspondente à receita bruta, deduzidas as devoluções, os abatimentos incondicionais e os cancelamentos;
- b) as outras receitas decorrentes das atividades afins não-constantes da letra “a” deste item;
- c) os valores relativos à constituição (reversão) de provisão para créditos duvidosos;
- d) os resultados não-decorrentes das atividades-fim, como: ganhos ou perdas na baixa de imobilizado, investimentos, etc.

No grupo de insumos adquiridos de terceiros, devem ser apresentados (www.cfc.org.br):

- a) materiais consumidos incluídos no custo dos produtos, mercadorias e serviços vendidos;
- b) demais custos dos produtos, mercadorias e serviços vendidos, exceto gastos com pessoal próprio e depreciações, amortizações e exaustões;
- c) despesas operacionais incorridas com terceiros, tais como: materiais de consumo, telefone, água, serviços de terceiros, energia;
- d) valores relativos a perdas de ativos, como perdas na realização de estoques ou investimentos, etc.

Nos valores constantes dos itens “a”, “b” e “c” acima, devem ser considerados todos os tributos incluídos na aquisição, recuperáveis ou não.

Os valores retidos pela entidade são representados pela depreciação, amortização e exaustão registrados no período.

Os valores adicionados recebidos (dados) em transferência a outras entidades correspondem (www.cfc.org.br):

- a) ao resultado positivo ou negativo de equivalência patrimonial;
- b) aos valores registrados como dividendos relativos a investimentos avaliados ao custo;
- c) aos valores registrados como receitas financeiras relativos a quaisquer operações com instituições financeiras, entidades do grupo ou terceiros; e
- d) aos valores registrados como receitas de aluguéis ou *royalties*, quando se tratar de entidade que não tenha como objeto essa atividade.

No componente relativo à distribuição do valor adicionado, devem constar (www.cfc.org.br):

- a) colaboradores – devem ser incluídos salários, férias, 13º salário, FGTS, seguro de acidentes de trabalho, assistência médica, alimentação, transporte, etc., apropriados ao custo do produto ou ao serviço vendido ou ao resultado do período, exceto os encargos com o INSS, SESI, SESC, SENAI, SENAT, SENAC e outros assemelhados. Fazem parte desse conjunto, também, os valores representativos de comissões, gratificações, participações, planos privados de aposentadoria e pensão, seguro de vida e acidentes pessoais;
- b) governo – devem ser incluídos impostos, taxas e contribuições, inclusive as contribuições devidas ao INSS, SESI, SESC, SENAI, SENAT, SENAC e outros assemelhados, imposto de renda, contribuição social, ISS, CPMF, todos os demais tributos, taxas e contribuições. Os valores relativos a ICMS, IPI, PIS, Cofins e outros assemelhados devem ser considerados os valores devidos ou já recolhidos aos

cofres públicos, representando a diferença entre os impostos incidentes sobre as vendas e os valores considerados dentro do item "Insumos adquiridos de terceiros". Como os tributos são, normalmente, contabilizados no resultado como se devidos fossem, e os incentivos fiscais, quando reconhecidos em conta de reserva no patrimônio líquido, os tributos que não forem pagos em decorrência de incentivos fiscais devem ser apresentados na Demonstração do Valor Adicionado como item redutor do grupo de tributos;

c) agentes financiadores – devem ser consideradas, neste componente, as despesas financeiras relativas a quaisquer tipos de empréstimos e financiamentos com instituições financeiras, entidades do grupo ou outras e os aluguéis (incluindo os custos e despesas com *leasing*) pagos ou creditados a terceiros, exceto para entidades financeiras que devem classificá-las conforme descrito no item 3.7.2.5;

d) acionistas – incluem os valores pagos ou creditados aos acionistas, a título de juros sobre o capital próprio ou dividendos. Os juros sobre o capital próprio apropriados ou transferidos para contas de reservas no patrimônio líquido devem constar do item "Lucros retidos";

e) participação dos minoritários nos "Lucros retidos" – deve ser incluído neste componente, aplicável às Demonstrações Contábeis Consolidadas, o valor da participação minoritária apurada no resultado do exercício, antes do resultado consolidado;

f) retenção de lucro – deve ser indicado neste componente o lucro do período destinado às reservas de lucros e eventuais parcelas ainda sem destinação específica.

3 ANÁLISE DO BALANÇO SOCIAL IBASE PELA NBC T 15

De acordo com a NBC T 15 que estabelece os procedimentos para evidenciação de informações de natureza social e ambiental, o objetivo de demonstrar à sociedade a participação e a responsabilidade social das entidades.

Para um balanço social atender esta norma deve evidenciar informações da geração e da distribuição da riqueza, dos recursos humanos, da integração da entidade com o meio externo e a interação com o meio ambiente.

As informações para a confecção da Demonstração podem ser extraídas ou não da contabilidade, sempre de acordo com os procedimentos ditados pela norma.

Segue a análise das informações do balanço social IBASE conforme as exigências da NBC T 15:

Legenda:	
	O Balanço Social proposto pelo IBASE atende a NBC T 15.
	O Balanço Social proposto pelo IBASE atende parcialmente a NBC T 15.
	O Balanço Social proposto pelo IBASE não atende a NBC T 15.

Quadro 2 – Legenda Análise do Balanço Social IBASE pela NBC T 15

Geração e Distribuição de Riqueza

ITEM	INFORMAÇÕES A ATENDER	ANALISE
15.2.1	Geração e Distribuição de Riqueza:	
15.2.1.1	A riqueza gerada e distribuída pela entidade deve ser apresentada conforme a Demonstração do Valor Adicionado, definida na NBC T 3.	

Quadro 3 – Análise do Balanço Social IBASE pela NBC T 15, quanto a geração e distribuição de riqueza

O balanço social IBASE apenas apresenta informações de RL, RO e FPB, conforme o Quadro 4 e o total de valor adicionado a distribuir e percentuais da distribuição do valor adicionado conforme o Quadro 5, sendo que o cálculo da DVA é feito, somente não é apresentado. Há uma não conformidade com o item 15.2.1.1 da NBC T 15.

1 - Base de Cálculo	2007 Valor (Mil reais)	2006 Valor (Mil reais)
Receita Líquida (RL)		
Resultado operacional (RO)		
Folha de pagamento bruta (FPB)		

Quadro 4 – Base de cálculo do Balanço Social IBASE

Fonte: www.balancosocial.org.br

Valor adicionado total a distribuir (em mil R\$):	Em 2007:	Em 2006:
Distribuição do Valor Adicionado (DVA):	___% governo ___% colaboradores(as) ___% acionistas ___% terceiros ___% retido	___% governo ___% colaboradores(as) ___% acionistas ___% terceiros ___% retido

Quadro 5 – Valor adicionado do Balanço Social IBASE

Fonte: www.balancosocial.org.br

Recursos Humanos

ITEM	INFORMAÇÕES A ATENDER	ANALISE
15.2.2	Recursos Humanos:	
15.2.2.1	Devem constar dados referentes à remuneração, benefícios concedidos, composição do corpo funcional e as contingências e os passivos trabalhistas da entidade.	
15.2.2.2	Quanto à remuneração e benefícios concedidos aos empregados, administradores, terceirizados e autônomos, devem constar:	
A	Remuneração bruta segregada por empregados, administradores, terceirizados e autônomos;	
B	Relação entre a maior e a menor remuneração da entidade, considerando os empregados e os administradores;	
C	Gastos com encargos sociais;	
D	Gastos com alimentação;	
E	Gastos com transporte;	
F	Gastos com previdência privada;	
G	Gastos com saúde;	

H	Gastos com segurança e medicina do trabalho;	😊
I	Gastos com educação (excluídos os de educação ambiental);	😊
J	Gastos com cultura;	😊
L	Gastos com capacitação e desenvolvimento profissional;	😊
M	Gastos com creches ou auxílio-creches;	😊
N	Participações nos lucros ou resultados.	😊
15.2.2.3	Estas informações devem ser expressas monetariamente pelo valor total do gasto com cada item e a quantidade de empregados, autônomos, terceirizados e administradores beneficiados.	😞
15.2.2.4	Nas informações relativas à composição dos recursos humanos, devem ser evidenciados:	
A	Total de empregados no final do exercício;	😊
B	Total de admissões;	😊
C	Total de demissões;	😞
D	Total de estagiários no final do exercício;	😊
E	Total de empregados portadores de necessidades especiais no final do exercício;	😞
F	Total de prestadores de serviços terceirizados no final do exercício;	😞
G	Total de empregados por sexo;	😊
H	Total de empregados por faixa etária, nos seguintes intervalos: <i>menores de 18 anos</i> <i>de 18 a 35 anos</i> <i>de 36 a 60 anos</i> <i>acima de 60 anos</i>	😞
I	Total de empregados por nível de escolaridade, segregados por: <i>analfabetos</i> <i>com ensino fundamental</i> <i>com ensino médio</i>	😞

	<i>com ensino técnico</i> <i>com ensino superior</i> <i>pós-graduados</i>	
J	Percentual de ocupantes de cargos de chefia, por sexo.	
15.2.2.5	Nas informações relativas às ações trabalhistas movidas pelos empregados contra a entidade, devem ser evidenciados:	
A	Número de processos trabalhistas movidos contra a entidade;	
B	Número de processos trabalhistas julgados procedentes ;	
C	Número de processos trabalhistas julgados improcedentes;	
D	Valor total de indenizações e multas pagas por determinação da justiça.	
15.2.2.6	Para o fim desta informação, os processos providos parcialmente ou encerrados por acordo devem ser considerados procedentes.	

Quadro 6 – Análise do Balanço Social IBASE pela NBC T 15, quanto aos recursos humanos

Itens não atendidos:

O balanço social IBASE não compreende os passivos trabalhistas da entidade, conforme item 15.2.1.1.

Quanto à remuneração e benefícios concedidos aos empregados, administradores, terceirizados e autônomos, o item 15.2.2.2 “A” de remuneração bruta, segregada de acordo com esses colaboradores não é evidenciada pelo IBASE, conforme o Quadro 7.

2 - Indicadores Sociais Internos	Valor (mil)	% sobre FPB	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre FPB	% sobre RL
Alimentação						
Encargos sociais compulsórios						
Previdência privada						
Saúde						
Segurança e saúde no trabalho						
Educação						
Cultura						
Capacitação e desenvolvimento profissional						
Creches ou auxílio-creche						
Participação nos lucros ou resultados						
Outros						
Total - Indicadores sociais internos						

Quadro 7 – Indicadores Sociais Internos do Balanço Social IBASE

Fonte: www.balancosocial.org.br

O item 15.2.2.3 que define que as informações devem ser expressas monetariamente pelo valor total do gasto com cada item e a quantidade de empregados, autônomos, terceirizados e administradores beneficiados, não é atendido, pois esta informação não está segregada no balanço social proposto pelo IBASE.

Quanto à composição dos recursos humanos, não são atendidos os itens “C”, “F” e “I”, conforme o Quadro 8.

E não é atendido nenhum dos 4 itens de informações relativas às ações trabalhistas movidas pelos empregados contra a entidade.

O item 15.2.2.6, que trata de informações de processos considerados procedentes, não são evidenciadas pelo balanço social IBASE.

5 - Indicadores do Corpo Funcional	2007	2006
Nº de empregados(as) ao final do período		
Nº de admissões durante o período		
Nº de empregados(as) terceirizados(as)		
Nº de estagiários(as)		
Nº de empregados(as) acima de 45 anos		
Nº de mulheres que trabalham na empresa		
% de cargos de chefia ocupados por mulheres		
Nº de negros(as) que trabalham na empresa		
% de cargos de chefia ocupados por negros(as)		
Nº de pessoas com deficiência ou necessidades especiais		

Quadro 8 – Indicadores do Corpo Funcional do Balanço Social IBASE

Fonte: www.balancosocial.org.br

Itens atendidos parcialmente:

Quanto à remuneração e benefícios concedidos aos empregados, administradores, terceirizados e autônomos, o item “E” referente gastos com transporte é atendido parcialmente.

Quanto à composição dos recursos humanos, o item “E” total de empregados portadores de necessidades especiais no final do exercício e o “H” referente o total de empregados por faixa etária, são atendidos parcialmente, pois não contempla as informações com a mesma gama de detalhes que a NBC T 15 exige.

Interação da Entidade com o Ambiente Externo

ITEM	INFORMAÇÕES A ATENDER	ANALISE
15.2.3	Interação da Entidade com o Ambiente Externo	
15.2.3.1	Nas informações relativas à interação da entidade com o ambiente externo, devem constar dados sobre o relacionamento com a comunidade na qual a entidade está inserida, com os clientes e com os fornecedores, inclusive incentivos decorrentes dessa interação.	
15.2.3.2	Nas informações relativas à interação com a comunidade, devem ser evidenciados os totais dos investimentos em:	
A	Educação, exceto a de caráter ambiental;	
B	Cultura;	
C	Saúde e saneamento;	
D	Esporte e lazer, não considerados os patrocínios com finalidade publicitária;	
E	Alimentação.	
15.2.3.3	Nas informações relativas à interação com os clientes, devem ser evidenciados:	
A	Número de reclamações recebidas diretamente na entidade;	
B	Número de reclamações recebidas por meio dos órgãos de proteção e defesa do consumidor;	
C	Número de reclamações recebidas por meio da Justiça;	
D	Número das reclamações atendidas em cada instância arrolada;	
E	Montante de multas e indenizações a clientes, determinadas por órgãos de proteção e defesa do consumidor ou pela Justiça;	
F	Ações empreendidas pela entidade para sanar ou minimizar as causas das reclamações.	
15.2.3.4	Nas informações relativas aos fornecedores, a entidade deve informar se utiliza critérios de responsabilidade social para a seleção de seus fornecedores:	

Quadro 9 – Análise do Balanço Social IBASE pela NBC T 15, quanto à interação com o meio externo

Itens não atendidos:

O item 15.2.3.1, que trata de dados sobre o relacionamento com a comunidade, clientes, fornecedores e incentivos decorrentes dessa interação, não são evidenciadas pelo balanço social IBASE

3 - Indicadores Sociais Externos	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL
Educação						
Cultura						
Saúde e saneamento						
Esporte						
Combate à fome e segurança alimentar						
Outros						
Total das contribuições para a sociedade						
Tributos (excluídos encargos sociais)						
Total - Indicadores sociais externos						

Quadro 10 – Indicadores Sociais Externos do Balanço Social IBASE

Fonte: www.balancosocial.org.br

Quanto às informações relativas à interação com os clientes, o item “F” referente as ações empreendidas pela entidade para sanar ou minimizar as causas das reclamações não são evidenciados pelo IBASE, conforme Quadro 11.

6 - Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial	2007			Metas 2008		
Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa						
Número total de acidentes de trabalho						
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:	() direção	() direção e gerências	() todos(as) empregados(as)	() direção	(x) direção e gerências	() todos(as) empregados(as)
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:	() direção e gerências	() todos(as) empregados(as)	() todos(as) + Cipa	() direção e gerências	() todos(as) empregados(as)	(x) todos(as) + Cipa
Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos(as) trabalhadores(as), a empresa:	() não se envolve	() segue as normas da OIT	() incentiva e segue a OIT	() não se envolverá	() seguirá as normas da OIT	(x) incentivará e seguirá a OIT
A previdência privada contempla:	() direção	() direção e gerências	() todos(as) empregados(as)	() direção	() direção e gerências	(x) todos(as) empregados(as)
A participação dos lucros ou resultados contempla:	() direção	() direção e gerências	() todos(as) empregados(as)	() direção	() direção e gerências	(x) todos(as) empregados(as)
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa:	() não são considerados	() são sugeridos	() são exigidos	() não serão considerados	(x) serão sugeridos	() serão exigidos
Quanto à participação de empregados(as) em programas de trabalho voluntário, a empresa:	() não se envolve	() apóia	() organiza e incentiva	() não se envolverá	() apoiará	(x) organizará e incentivará

Número total de reclamações e críticas de consumidores(as):	na empresa _____	no Procon _____	na Justiça _____	na empresa _____	no Procon _____	na Justiça _____
% de reclamações e críticas atendidas ou solucionadas:	na empresa _____%	no Procon _____%	na Justiça _____%	na empresa _____%	no Procon _____%	na Justiça _____%

Quadro 11 - Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial - Balanço Social IBASE

Fonte: www.balancosocial.org.br

Interação com o Meio Ambiente

ITEM	INFORMAÇÕES A ATENDER	ANALISE
15.2.4	Interação com o Meio Ambiente	
15.2.4.1	Nas informações relativas à interação da entidade com o meio ambiente, devem ser evidenciados:	
A	Investimentos e gastos com manutenção nos processos operacionais para a melhoria do meio ambiente;	
B	Investimentos e gastos com a preservação e/ou recuperação de ambientes degradados;	
C	Investimentos e gastos com a educação ambiental para empregados, terceirizados, autônomos e administradores da entidade;	
D	Investimentos e gastos com educação ambiental para a comunidade;	
E	Investimentos e gastos com outros projetos ambientais;	
F	Quantidade de processos ambientais, administrativos e judiciais movidos contra a entidade;	
G	Valor das multas e das indenizações relativas à matéria ambiental, determinadas administrativa e/ou judicialmente;	
H	Passivos e contingências ambientais.	
15.3.1	Além das informações contidas no item 15.2, a entidade pode acrescentar ou detalhar outras que julgar relevantes.	

Quadro 12 – Análise do Balanço Social IBASE pela NBC T 15, quanto ao meio ambiente

Itens não atendidos:

Quanto às informações relativas à interação da entidade com o meio ambiente, os itens “F”, “G” e “H”, referentes à quantidade de processos ambientais, administrativos e judiciais movidos contra a entidade, valor das multas e das indenizações relativas à matéria ambiental, determinadas administrativa e/ou judicialmente e passivos e contingências ambientais, não são evidenciados no balanço social IBASE, conforme Quadro 13.

4 - Indicadores Ambientais	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL
Investimentos relacionados com a produção/ operação da empresa						
Investimentos em programas e/ou projetos externos						
Total dos investimentos em meio ambiente						
Quanto ao estabelecimento de “metas anuais” para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/ operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos naturais, a empresa	() não possui metas 75%	() cumpre de 51 a 75% () cumpre de 0 a 50% () cumpre de 76 a 100%	() não possui metas () cumpre de 51 a 75% () cumpre de 0 a 50% () cumpre de 76 a 100%	() não possui metas 76 a 100%	() cumpre de 51 a 75% () cumpre de 0 a 50% () cumpre de 76 a 100%	() cumpre de 51 a 75% () cumpre de 0 a 50% () cumpre de 76 a 100%

Quadro 13 – Indicadores Ambientais do Balanço Social IBASE

Fonte: www.balancosocial.org.br

Itens atendidos parcialmente:

Quanto às informações relativas à interação da entidade com o meio ambiente, os itens “C” e “D”, referentes aos investimentos e gastos com a educação ambiental para empregados, terceirizados, autônomos e administradores da entidade e investimentos e gastos com educação ambiental para a comunidade, são atendidos parcialmente no balanço social IBASE.

Responsabilidade e Auditoria

15.3.2	As informações contábeis, contidas na Demonstração de Informações de Natureza Social e Ambiental, são de responsabilidade técnica de contabilista registrado em Conselho Regional de Contabilidade, devendo ser indicadas aquelas cujos dados foram extraídos de fontes não-contábeis, evidenciando o critério e o controle utilizados para garantir a integridade da informação. A responsabilidade por informações não-contábeis pode ser compartilhada com especialistas.	
15.3.3	A Demonstração de Informações de Natureza Social e Ambiental deve ser objeto de revisão por auditor independente, e ser publicada com o relatório deste, quando a entidade for submetida a esse procedimento.	

Quadro 14 – Análise do Balanço Social IBASE pela NBC T 15, quanto à responsabilidade e auditoria

De acordo com a norma o balanço social é de responsabilidade de um contabilista, por se tratar de uma demonstração contábil. O IBASE não exige um contabilista como responsável técnico.

Da mesma forma o NBC T 15 determina que o balanço social, quando for publicado deve ser submetido a uma auditoria externa e o IBASE não sugere tal procedimento.

Depois da análise, observa-se a seguinte situação resumida no Quadro 15:

Informações de natureza social e ambiental	Atende a NBC T 15. 	Atende parcialmente a NBC T 15. 	Não atende a NBC T 15. 	Totais
Geração e a distribuição de riqueza	-	-	01	01
Recursos humanos	16	04	10	30
Interação da entidade com o ambiente externo	11	-	02	13
Interação com o meio ambiente	04	02	03	09
Responsabilidade e Auditoria	-	-	02	02
Totais	31	06	18	55

Quadro 15 – Análise resumida do Balanço Social IBASE pela NBC T 15

Foram analisados 55 itens da NBC T 15 no balanço social IBASE, sendo que obtidas 31 conformidades, o que consiste em 56,36% de atendimento à norma.

Os itens que atendem parcialmente a norma são 6, o que equivale a 10,91% e as não conformidades são 18 itens, o que corresponde a 32,73% de não cumprimento à norma.

4 CONCLUSÕES E SUGESTÕES PARA FUTUROS TRABALHOS

Nesta etapa, busca-se trazer o resultado do trabalho, apresentando as considerações finais do estudo, subdividido quanto à problemática, quanto aos objetivos, e as sugestões para futuras pesquisas.

4.1 QUANTO À PROBLEMÁTICA

Como a sociedade está cada vez mais atenta às empresas que possuem políticas sócio-ambientais, foram desenvolvidos alguns modelos de balanços sociais e relatórios de sustentabilidade para evidenciar os resultados sociais, ambientais e econômicos.

No Brasil conforme a literatura, há alguns modelos de balanço social e relatórios de sustentabilidade, dentre os mais utilizados tem-se:

- O relatório de sustentabilidade do GRI;
- O do Instituto Ethos;
- E o balanço social proposto pelo IBASE.

O balanço social, ainda não é obrigatório por Lei no Brasil, por isso não existe um modelo único de balanço social, porém existem algumas propostas e a mais utilizada no país é o modelo do Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas. Este modelo tem como objetivo formar uma apresentação das informações seguindo um padrão mínimo, onde o mercado e a sociedade são os grandes auditores do processo e dos resultados alcançados.

O balanço social que é uma demonstração contábil, produto do sistema de informações contábeis, os quais coletam dados, processam e divulgam informações, cabe ao Conselho Federal de Contabilidade criar normas que assegurem a confiabilidade, transparência e um mínimo de informações.

Considerando a necessidade da divulgação, como normatizado pelo Conselho Federal de Contabilidade, este trabalho vem de encontro no sentido de apresentar quais são os grupos subgrupos e seus elementos com não conformidades no sentido de atender a este dispositivo normativo.

4.2 QUANTO AOS OBJETIVOS

Esta pesquisa teve como objetivo realizar uma análise do balanço social do modelo IBASE considerando os requisitos de evidenciação social e ambiental estabelecidos pela NBC T 15.

Para isso, foram apresentados conceitos, informações, organização e estrutura do balanço social; foi exposto o modelo de balanço social proposto pelo IBASE; e também foi evidenciado a NBC T 15 – Informações de Natureza Social e Ambiental;

Foram identificados que as seguintes não conformidades nas informações de natureza social e ambiental no Balanço Social proposto pelo IBASE:

- a) Quanto à geração e à distribuição de riqueza: O balanço social IBASE apenas apresenta informações de RL, RO e FPB e o total de valor adicionado a distribuir e percentuais da distribuição do valor adicionado, sendo que o cálculo da DVA é feito, somente não é apresentado;
- b) Quanto aos recursos humanos: atende parcialmente, pois não separa as informações de empregados, autônomos, terceirizados e administradores, além de não evidenciar as informações relativas às ações trabalhistas movidas pelos empregados contra a entidade, e não evidenciar o total de demissões e grau de escolaridade do empregados;
- c) Quanto à interação da entidade com o ambiente externo: atende quase todas os quesitos estabelecidas pela norma, deixando de fora apenas as ações empreendidas pela entidade para sanar ou minimizar as causas das reclamações e não consta dados sobre o relacionamento com a comunidade na qual a entidade está inserida, com os clientes e com os fornecedores, inclusive incentivos decorrentes dessa interação;
- d) Quanto à interação com o meio ambiente: quanto a este item, o balanço social IBASE, apresenta apenas informações que identificam as ações e investimentos em prol do meio ambiente, ocultando as informações de impacto ambiental e passivo ambiental das empresas, e também não evidenciando a quantidade de processos ambientais, administrativos e judiciais movidos contra a entidade, e o valor das multas e das indenizações relativas à matéria ambiental, determinadas administrativa e/ou judicialmente;

Foram analisados 55 itens da NBC T 15 no balanço social IBASE, apresentando trinta e uma (31) conformidades, o que consiste em 56,36% de atendimento à norma. Os itens que atendem parcialmente à norma são 6, o que equivale a 10,91%, enquanto as não conformidades somam 18 itens, o que equivale a 32,73% de não cumprimento à norma.

Ainda cabe ressaltar que os percentuais de não conformidades diminuí de empresa para empresa, pois o IBASE resalta que se pode adaptar o demonstrativo a realidade da empresa, evidenciando outros itens de maior relevância.

Após a análise do balanço social proposto pelo IBASE, considerando os requisitos de evidenciação social e ambiental estabelecidos pela NBC T 15, este demonstrativo ainda é de grande importância para sociedade. Já que não existe uma lei que obrigue as empresas a publicarem seus balanços sociais, o IBASE incentiva e inova a responsabilidade social brasileira, fazendo com que as empresas tenham interesse no assunto, agindo em prol da sociedade.

Porém as empresas só irão publicar um balanço social que mostre as informações positivas e negativas relacionadas com o meio social e ambiental quando uma lei obrigar a publicação desta demonstração com todas as exigências estabelecidas pelo CFC, como faz hoje com outras demonstrações. E para garantir a transparência e a fidelidade ao seu propósito, cabe ao contabilista a responsabilidade técnica de garantir estas informações.

4.3 QUANTO A SUGESTÕES PARA FUTURAS PESQUISAS

Como sugestão para futuras pesquisas, sugere-se aplicar as exigências da NBC T 15 no balanço social proposto pelo IBASE, e propor um balanço que atenda à norma com a forma e simplicidade do IBASE.

Recomenda-se, ainda, a aplicação da norma em outros modelos e relatórios, como o do GRI e do Instituto Ethos, buscando deixar estes demonstrativos de acordo com a norma do Conselho Federal de Contabilidade, entidade responsável por ditar as normas referentes às Demonstrações Contábeis.

REFERÊNCIAS

ALVES, Marlene Cheadi Martins; CAMPANHOL, Adna Maria. **Os Vetores da responsabilidade social na ótica da usina Alta Mogiana Açúcar e Álcool S.A.** Paraná: Engema, 2007.

ASHLEY, P. A. **Ética e responsabilidade Social nos Negócios.** São Paulo: Saraiva, 2003.

Dicionário on-line Babilon, Disponível em: <<http://www.babylo.com>>. Acesso em 13 ago 2008.

Balanco Social. Disponível em: <<http://www.balancosocial.org.br>>. Acesso em: 10 jul 2008.

BEUREN, Ilse Maria; LONGARY, André Andrade; RAUPP, Fabiano Maury; SOUSA, Marco Aurélio Batista de; COLAUTO, Romualdo Douglas; PORTON, Rosimere Alves de Bona. **Como Elaborar Trabalhos Monográficos em Contabilidade:** teoria e prática. São Paulo: Atlas, 2003.

Centro de Referencias em Cidadania, Ética e Responsabilidade – CRESCER. Disponível em: <www.crescer.com.br>. Acesso: 22 jul 2008.

Conselho Federal de Contabilidade. Disponível em: <<http://www.cfc.org.br>>. Acesso em: 29 jun 2008.

Det Norske Veritas - DNV. Disponível em: <<http://www.dnv.com.br>>. Acesso em 03 jul 2008.

Dicionário on-line Wikipedia. Disponível em: <<http://pt.wikipedia.org>>. Acesso em: 01 ago 2008.

HEDRIKSEN, Eldon S.; VAN BREDA, Michael F. **Teoria da Contabilidade.** São Paulo: Atlas, 1999.

Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social. Disponível em: <<http://www.ethos.org.br>>. Acesso em: 09 jul 2008.

IOB ONLINE. Disponível em: <www.iobonline.com.br>. Acesso: 30 jul 2008.

IUDÍCIBUS, Sérgio de. **Teoria da Contabilidade**. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2000.

JABOR, Marília. **Aspectos Contábeis e Jurídicos do Passivo Ambiental**. Prêmio Ethos Valor 3 ed. São Paulo: Fundação Peirópolis, 2004.

KARKOTLI, Gilson. **Responsabilidade social empresarial**. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2006.

KROETZ, Cesar Eduardo Stevens. **Balço Social: teoria e prática**. São Paulo. Atlas, 2000.

MACHADO, Danielle Rénne Gomes; SANTOS FILHO, Edson Vitor de Oliveira. **Responsabilidade civil e teoria da imprevisão**. Maceió, jun. 2000. Disponível em: <<http://www.geocities.com/tokyo/towers/8214/responsabilidade.html>>. Acesso em: 09 jul 2008.

MARION, José Carlos. **Análise das Demonstrações Contábeis**. São Paulo: Atlas, 2002.

Mercado Ético. Disponível em: <<http://www.mercadoetico.art.br>>. Acesso: 12 ago 2008;

PAGLIANO, A. G. A. et al. **Marketing Social: o novo mandamento para as organizações**. MBA Executivo em Marketing. IBMEC, 1999.

Pensamento Nacional das Bases Empresariais – PNBE. Disponível em: <<http://www.pnbe.org.br>>. Acesso em 10 jul 2008.

PINTO, Anacleto Laurino; RIBEIRO, Maisa de Souza. **O Balço Social como instrumento de evidência de responsabilidade social**. Disponível em: <<http://www.eac.fea.usp.br>>. Acesso em: 26 jun 2008.

Priberam – Dicionário on-line da Língua Portuguesa. Disponível em: <<http://www.priberam.pt>>. Acesso em: 10 jul 2008.

RIBEIRO, Maisa de Souza. **Contabilidade Ambiental**. São Paulo. Saraiva, 2005.

SANTOS, Ariovaldo dos. **Demonstração do valor adicionado: como elaborar e analisar a DVA**. São Paulo. Atlas, 2003.

TERRA, Carolina Frazon. **A Responsabilidade como uma das atribuições de relações públicas**. São Paulo, 2004. Disponível em: <<http://www.portal-rp.com.br/bibliotecavirtual/responsabilidadesocial/0232>>. Acesso em: 09 jul 2008.

TINOCO, João Eduardo Prudêncio. **Balanco Social: uma abordagem da transparência e da responsabilidade pública das organizações**. São Paulo. Atlas, 2001.

TORRES, Ciro. **Um pouco da história do balanço social**. Disponível em: <<http://www.balancosocial.org.br>>. Acesso em: 11 jul 2008.

ANEXOS

ANEXO A
NBC T 15 – Informações de Natureza Social e Ambiental

Resolução CFC nº 1.003/04

Aprova a NBC T 15 – Informações de Natureza Social e Ambiental

O CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE, no exercício de suas atribuições legais e regimentais,

CONSIDERANDO que as Normas Brasileiras de Contabilidade e suas Interpretações Técnicas constituem corpo de doutrina contábil que estabelece regras de procedimentos técnicos a serem observadas quando da realização de trabalhos;

CONSIDERANDO que a forma adotada de fazer uso de trabalhos de instituições com as quais o Conselho Federal de Contabilidade mantém relações regulares e oficiais está de acordo com as diretrizes constantes dessas relações;

CONSIDERANDO que o Grupo de Trabalho das Normas Brasileiras de Contabilidade, instituído pelo Conselho Federal de Contabilidade, atendendo ao que está disposto no Art. 1º da Resolução CFC nº 751, de 29 de dezembro de 1993, elaborou a NBC T 15 – Informações de Natureza Social e Ambiental.

CONSIDERANDO que por se tratar de atribuição que, para o adequado desempenho, deve ser empreendida pelo Conselho Federal de Contabilidade em regime de franca, real e aberta cooperação com o Banco Central do Brasil, a Comissão de Valores Mobiliários, o Instituto dos Auditores Independentes do Brasil, o Instituto Nacional de Seguro Social, o Ministério da Educação, a Secretaria Federal de Controle, a Secretaria da Receita Federal, a Secretaria do Tesouro Nacional e a Superintendência de Seguros Privados,

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar a NBC T 15 – Informações de Natureza Social e Ambiental.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor a partir de 1º de janeiro de 2006, sendo recomendada a sua adoção antecipada.

Brasília, 19 de agosto de 2004.

Contador JOSÉ MARTONIO ALVES COELHO
Presidente

NORMAS BRASILEIRAS DE CONTABILIDADE

NBC T 15 – INFORMAÇÕES DE NATUREZA SOCIAL E AMBIENTAL

15.1 – CONCEITUAÇÃO E OBJETIVOS

15.1.1 – Esta norma estabelece procedimentos para evidenciação de informações de natureza social e ambiental, com o objetivo de demonstrar à sociedade a participação e a responsabilidade social da entidade.

15.1.2 – Para fins desta norma, entende-se por informações de natureza social e ambiental:

- a) a geração e a distribuição de riqueza;
- b) os recursos humanos;
- c) a interação da entidade com o ambiente externo;
- d) a interação com o meio ambiente.

15.1.3 – A Demonstração de Informações de Natureza Social e Ambiental, ora instituída, quando elaborada deve evidenciar os dados e as informações de natureza social e ambiental da entidade, extraídos ou não da contabilidade, de acordo com os procedimentos determinados por esta norma.

15.1.4 – A demonstração referida no item anterior, quando divulgada, deve ser efetuada como informação complementar às demonstrações contábeis, não se confundindo com as notas explicativas.

15.1.5 – A Demonstração de Informações de Natureza Social e Ambiental deve ser apresentada, para efeito de comparação, com as informações do exercício atual e do exercício anterior.

15.2 – INFORMAÇÕES A SEREM DIVULGADAS

15.2.1 – Geração e Distribuição de Riqueza

15.2.1.1 – A riqueza gerada e distribuída pela entidade deve ser apresentada conforme a Demonstração do Valor Adicionado, definida na NBC T 3.

15.2.2 – Recursos Humanos

15.2.2.1 – Devem constar dados referentes à remuneração, benefícios concedidos, composição do corpo funcional e as contingências e os passivos trabalhistas da entidade.

15.2.2.2 – Quanto à remuneração e benefícios concedidos aos empregados, administradores, terceirizados e autônomos, devem constar:

- a) remuneração bruta segregada por empregados, administradores, terceirizados e autônomos;
- b) relação entre a maior e a menor remuneração da entidade, considerando os empregados e os administradores;
- c) gastos com encargos sociais;
- d) gastos com alimentação;
- e) gastos com transporte;
- f) gastos com previdência privada;
- g) gastos com saúde;
- h) gastos com segurança e medicina do trabalho;
- i) gastos com educação (excluídos os de educação ambiental);
- j) gastos com cultura;
- k) gastos com capacitação e desenvolvimento profissional;
- l) gastos com creches ou auxílio-creches;
- m) participações nos lucros ou resultados.

15.2.2.3 – Estas informações devem ser expressas monetariamente pelo valor total do gasto com cada item e a quantidade de empregados, autônomos, terceirizados e administradores beneficiados.

15.2.2.4 – Nas informações relativas à composição dos recursos humanos, devem ser evidenciados:

- a) total de empregados no final do exercício;
- b) total de admissões;
- c) total de demissões;

- d) total de estagiários no final do exercício;
- e) total de empregados portadores de necessidades especiais no final do exercício;
- f) total de prestadores de serviços terceirizados no final do exercício;
- g) total de empregados por sexo;
- h) total de empregados por faixa etária, nos seguintes intervalos:
 - menores de 18 anos
 - de 18 a 35 anos
 - de 36 a 60 anos
 - acima de 60 anos
- i) total de empregados por nível de escolaridade, segregados por:
 - analfabetos
 - com ensino fundamental
 - com ensino médio
 - com ensino técnico
 - com ensino superior
 - pós-graduados
- j) percentual de ocupantes de cargos de chefia, por sexo.

15.2.2.5 – Nas informações relativas às ações trabalhistas movidas pelos empregados contra a entidade, devem ser evidenciados:

- a) número de processos trabalhistas movidos contra a entidade;
- b) número de processos trabalhistas julgados procedentes;
- c) número de processos trabalhistas julgados improcedentes;
- d) valor total de indenizações e multas pagas por determinação da justiça.

15.2.2.6 – Para o fim desta informação, os processos providos parcialmente ou encerrados por acordo devem ser considerados procedentes.

15.2.3 – Interação da Entidade com o Ambiente Externo

15.2.3.1 – Nas informações relativas à interação da entidade com o ambiente externo, devem constar dados sobre o relacionamento com a comunidade na qual a entidade está inserida, com os clientes e

com os fornecedores, inclusive incentivos decorrentes dessa interação.

15.2.3.2 – Nas informações relativas à interação com a comunidade, devem ser evidenciados os totais dos investimentos em:

- a) educação, exceto a de caráter ambiental;
- b) cultura;
- c) saúde e saneamento;
- d) esporte e lazer, não considerados os patrocínios com finalidade publicitária;
- e) alimentação.

15.2.3.3 – Nas informações relativas à interação com os clientes, devem ser evidenciados:

- a) número de reclamações recebidas diretamente na entidade;
- b) número de reclamações recebidas por meio dos órgãos de proteção e defesa do consumidor;
- c) número de reclamações recebidas por meio da Justiça;
- d) número das reclamações atendidas em cada instância arrolada;
- e) montante de multas e indenizações a clientes, determinadas por órgãos de proteção e defesa do consumidor ou pela Justiça;
- f) ações empreendidas pela entidade para sanar ou minimizar as causas das reclamações.

15.2.3.4 – Nas informações relativas aos fornecedores, a entidade deve informar se utiliza critérios de responsabilidade social para a seleção de seus fornecedores.

15.2.4 – Interação com o Meio Ambiente

15.2.4.1 – Nas informações relativas à interação da entidade com o meio ambiente, devem ser evidenciados:

- a) investimentos e gastos com manutenção nos processos operacionais para a melhoria do meio ambiente;
- b) investimentos e gastos com a preservação e/ou recuperação de ambientes degradados

- c) investimentos e gastos com a educação ambiental para empregados, terceirizados, autônomos e administradores da entidade;
- d) investimentos e gastos com educação ambiental para a comunidade;
- e) investimentos e gastos com outros projetos ambientais;
- f) quantidade de processos ambientais, administrativos e judiciais movidos contra a entidade;
- g) valor das multas e das indenizações relativas à matéria ambiental, determinadas administrativa e/ou judicialmente;
- h) passivos e contingências ambientais.

15.3 – DISPOSIÇÕES FINAIS

- 15.3.1 – Além das informações contidas no item 15.2, a entidade pode acrescentar ou detalhar outras que julgar relevantes.
- 15.3.2 – As informações contábeis, contidas na Demonstração de Informações de Natureza Social e Ambiental, são de responsabilidade técnica de contabilista registrado em Conselho Regional de Contabilidade, devendo ser indicadas aquelas cujos dados foram extraídos de fontes não-contábeis, evidenciando o critério e o controle utilizados para garantir a integridade da informação. A responsabilidade por informações não-contábeis pode ser compartilhada com especialistas.
- 15.3.3 – A Demonstração de Informações de Natureza Social e Ambiental deve ser objeto de revisão por auditor independente, e ser publicada com o relatório deste, quando a entidade for submetida a esse procedimento.

ANEXO B
NBC T 3.7 – Demonstração do Valor Adicionado

Resolução CFC nº 1.010/05

Aprova a NBC T 3.7 – Demonstração do Valor Adicionado

O CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE, no exercício de suas atribuições legais e regimentais,

CONSIDERANDO que as Normas Brasileiras de Contabilidade e suas Interpretações Técnicas constituem corpo de doutrina contábil que estabelece regras de procedimentos técnicos a serem observadas quando da realização de trabalhos;

CONSIDERANDO que a forma adotada de fazer uso de trabalhos de instituições com as quais o Conselho Federal de Contabilidade mantém relações regulares e oficiais está de acordo com as diretrizes constantes dessas relações;

CONSIDERANDO que o Grupo de Trabalho das Normas Brasileiras de Contabilidade, instituído pelo Conselho Federal de Contabilidade, atendendo ao que está disposto no Art. 1º da Resolução CFC nº 751, de 29 de dezembro de 1993, elaborou a NBC T 3.7 – Demonstração do Valor Adicionado.

CONSIDERANDO que por se tratar de atribuição que, para o adequado desempenho, deve ser empreendida pelo Conselho Federal de Contabilidade em regime de franca, real e aberta cooperação com o Banco Central do Brasil, a Comissão de Valores Mobiliários, o Instituto dos Auditores Independentes do Brasil, o Instituto Nacional de Seguro Social, o Ministério da Educação, a Secretaria Federal de Controle, a Secretaria da Receita Federal, a Secretaria do Tesouro Nacional e a Superintendência de Seguros Privados,

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar a NBC T 3.7 – Demonstração do Valor Adicionado.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor a partir da data de sua publicação.

Brasília, 21 de janeiro de 2005.

Contador JOSÉ MARTONIO ALVES COELHO

Presidente

Ata CFC nº 867/05.

NORMA BRASILEIRA DE CONTABILIDADE

NBC T 3.7 – DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO

3.7.1. CONCEITUAÇÃO E DISPOSIÇÕES GERAIS

- 3.7.1.1. Esta norma estabelece procedimentos para evidenciação de informações econômicas e financeiras, relacionadas ao valor adicionado pela entidade e sua distribuição.
- 3.7.1.2. Demonstração do Valor Adicionado é a demonstração contábil destinada a evidenciar, de forma concisa, os dados e as informações do valor da riqueza gerada pela entidade em determinado período e sua distribuição.
- 3.7.1.3. As informações devem ser extraídas da contabilidade e os valores informados devem ter como base o princípio contábil da competência.
- 3.7.1.4. Caso a entidade elabore Demonstrações Contábeis Consolidadas, a Demonstração do Valor Adicionado deve ser elaborada com base nas demonstrações consolidadas, e não pelo somatório das Demonstrações do Valor Adicionado individuais.

3.7.2. ESTRUTURA DA DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO

3.7.2.1. A Demonstração do Valor Adicionado deve ser apresentada de forma comparativa mediante a divulgação simultânea de informações do período atual e do anterior.

3.7.2.2. A demonstração referida no item anterior, quando divulgada, deve ser efetuada como informação complementar às Demonstrações Contábeis, não se confundindo com as notas explicativas.

3.7.2.3. A Demonstração do Valor Adicionado deve evidenciar os componentes abaixo:

- a) a receita bruta e as outras receitas;
- b) os insumos adquiridos de terceiros;
- c) os valores retidos pela entidade;
- d) os valores adicionados recebidos (dados) em transferência a outras entidades;
- e) valor total adicionado a distribuir; e
- f) distribuição do valor adicionado.

3.7.2.4. No grupo de receita bruta e outras receitas, devem ser apresentados:

- a) as vendas de mercadorias, produtos e serviços, incluindo os valores dos tributos incidentes sobre essas receitas, ou seja, o valor correspondente à receita bruta, deduzidas as devoluções, os abatimentos incondicionais e os cancelamentos;
- b) as outras receitas decorrentes das atividades afins não-constantas da letra “a” deste item, acima, ou não constantes do item 3.7.2.8, a seguir;
- c) os valores relativos à constituição (reversão) de provisão para créditos duvidosos;
- d) os resultados não-decorrentes das atividades-fim, como: ganhos ou perdas na baixa de imobilizado, investimentos, etc., exceto os decorrentes do item 3.7.2.8 a seguir.

3.7.2.5. No grupo de insumos adquiridos de terceiros, devem ser apresentados:

- a) materiais consumidos incluídos no custo dos produtos, mercadorias e serviços vendidos;
- b) demais custos dos produtos, mercadorias e serviços vendidos, exceto gastos com pessoal próprio e depreciações, amortizações e exaustões;
- c) despesas operacionais incorridas com terceiros, tais como: materiais de consumo, telefone, água, serviços de terceiros, energia;
- d) valores relativos a perdas de ativos, como perdas na realização de estoques ou investimentos, etc.

3.7.2.6. Nos valores constantes dos itens “a”, “b” e “c” acima, devem ser considerados todos os tributos incluídos na aquisição, recuperáveis ou não.

3.7.2.7. Os valores retidos pela entidade são representados pela depreciação, amortização e exaustão registrados no período.

3.7.2.8. Os valores adicionados recebidos (dados) em transferência a outras entidades correspondem:

- a) ao resultado positivo ou negativo de equivalência patrimonial;
- b) aos valores registrados como dividendos relativos a investimentos avaliados ao custo;
- c) aos valores registrados como receitas financeiras relativos a quaisquer operações com instituições financeiras, entidades do grupo ou terceiros, exceto para entidades financeiras que devem classificá-las conforme descrito no item 3.7.2.4; e
- d) aos valores registrados como receitas de aluguéis ou *royalties*, quando se tratar de entidade que não tenha como objeto essa atividade.

3.7.2.9. No componente relativo à distribuição do valor adicionado, devem constar:

- a) colaboradores – devem ser incluídos salários, férias, 13º salário, FGTS, seguro de acidentes de trabalho, assistência médica, alimentação, transporte, etc., apropriados ao custo do produto ou ao serviço vendido ou ao resultado do período, exceto os encargos com o INSS, SESI, SESC, SENAI, SENAT, SENAC e outros assemelhados. Fazem parte

desse conjunto, também, os valores representativos de comissões, gratificações, participações, planos privados de aposentadoria e pensão, seguro de vida e acidentes pessoais;

- b) governo – devem ser incluídos impostos, taxas e contribuições, inclusive as contribuições devidas ao INSS, SESI, SESC, SENAI, SENAT, SENAC e outros assemelhados, imposto de renda, contribuição social, ISS, CPMF, todos os demais tributos, taxas e contribuições. Os valores relativos a ICMS, IPI, PIS, Cofins e outros assemelhados devem ser considerados os valores devidos ou já recolhidos aos cofres públicos, representando a diferença entre os impostos incidentes sobre as vendas e os valores considerados dentro do item "Insumos adquiridos de terceiros". Como os tributos são, normalmente, contabilizados no resultado como se devidos fossem, e os incentivos fiscais, quando reconhecidos em conta de reserva no patrimônio líquido, os tributos que não forem pagos em decorrência de incentivos fiscais devem ser apresentados na Demonstração do Valor Adicionado como item redutor do grupo de tributos;
- c) agentes financiadores – devem ser consideradas, neste componente, as despesas financeiras relativas a quaisquer tipos de empréstimos e financiamentos com instituições financeiras, entidades do grupo ou outras e os aluguéis (incluindo os custos e despesas com *leasing*) pagos ou creditados a terceiros, exceto para entidades financeiras que devem classificá-las conforme descrito no item 3.7.2.5;
- d) acionistas – incluem os valores pagos ou creditados aos acionistas, a título de juros sobre o capital próprio ou dividendos. Os juros sobre o capital próprio apropriados ou transferidos para contas de reservas no patrimônio líquido devem constar do item "Lucros retidos";
- e) participação dos minoritários nos "Lucros retidos" – deve ser incluído neste componente, aplicável às Demonstrações Contábeis Consolidadas, o valor da participação minoritária apurada no resultado do exercício, antes do resultado consolidado;

- f) retenção de lucro – deve ser indicado neste componente o lucro do período destinado às reservas de lucros e eventuais parcelas ainda sem destinação específica.

3.7.3. DISPOSIÇÕES FINAIS

- 3.7.3.1. Além das informações contidas nos itens 3.7.2.4 a 3.7.2.9, a entidade deve acrescentar ou detalhar outras linhas na Demonstração do Valor Adicionado quando o montante e a natureza de um item ou o somatório de itens similares forem de tal magnitude que a apresentação em separado ajuda na apresentação mais adequada da Demonstração do Valor Adicionado.
- 3.7.3.2. A Demonstração do Valor Adicionado deve ser consistente com a demonstração do resultado e conciliada em registros auxiliares mantidos pela entidade.
- 3.7.3.3. A Demonstração do Valor Adicionado deve conter representação percentual participativa.
- 3.7.3.4. As informações contábeis contidas na Demonstração do Valor Adicionado são de responsabilidade técnica de contabilista registrado no Conselho Regional de Contabilidade.
- 3.7.3.5. A Demonstração do Valor Adicionado deve ser objeto de revisão ou auditoria se a entidade possuir auditores externos independentes que revisem ou auditem suas Demonstrações Contábeis.
- 3.7.3.6. Segue modelo exemplificativo da Demonstração do Valor Adicionado.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO, EM MILHARES DE REAIS

	20X1	%	20X0	%
1-RECEITAS				
1.1. Vendas de mercadoria, produtos e serviços	xxx		xxx	
1.2. Provisão para devedores duvidosos	xxx		xxx	
1.3. Resultados não-operacionais	xxx		xxx	
2-INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS				
2.1. Materiais consumidos	(xxx)		(xxx)	
2.2. Outros custos de produtos e serviços vendidos	(xxx)		(xxx)	
2.3. Energia, serviços de terceiros e outras despesas operacionais	(xxx)		(xxx)	
2.4. Perda na realização de ativos	(xxx)		(xxx)	
3 - RETENÇÕES				
3.1. Depreciação, amortização e exaustão	(xxx)		(xxx)	
4 - VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE	<u>xxx</u>		<u>xxx</u>	
5 - VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA				
5.1. Resultado de equivalência patrimonial e dividendos de investimento avaliado ao custo	xxx		xxx	
5.2. Receitas financeiras	xxx		xxx	
5.3. Aluguéis e <i>royalties</i>	<u>xxx</u>		<u>xxx</u>	
6 - VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	<u>xxx</u>	100%	<u>xxx</u>	100%
7 - DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO				
7.1. Empregados				
Salários e encargos	xxx	Y%	xxx	Y%
Comissões sobre vendas	xxx	Y%	xxx	Y%

Honorários da diretoria	xxx	Y%	xxx	Y%
Participação dos empregados nos lucros	xxx	Y%	xxx	Y%
Planos de aposentadoria e pensão	xxx	Y%	xxx	Y%
7.2. Tributos				
Federais	xxx	Y%	xxx	Y%
Estaduais	xxx	Y%	xxx	Y%
Municipais	xxx	Y%	xxx	Y%
Menos: incentivos fiscais	(xxx)	Y%	(xxx)	Y%
7.3. Financiadores				
Juros	xxx	Y%	xxx	Y%
Aluguéis	xxx	Y%	xxx	Y%
7.4. Juros sobre capital próprio e dividendos	xxx	Y%	xxx	Y%
7.5. Lucros retidos/prejuízo do exercício	xxx	Y%	xxx	Y%